



# Anais da Assembléia

N.º 75

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 24 DE JUNHO DE 1976.

ANO II

## 2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.ª LEGISLATURA ATA DA 109.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 24 DE JUNHO DE 1976.

### QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Del Ciel, secretariada pelos Senhores Deputados Leopoldo Jacomel e Domício Scaramella.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Wilson Fortes, Muggiati Filho e Gilberto Carvalho (51); achando-se ausentes os Senhores Deputados Alfredo Gulin, Edilson Alencar e Osvaldo Macedo (3).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

destinada à apreciação de vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE (Del Ciel) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Del Ciel) Não há expediente a ser lido. Passa-se à

### ORDEM DO DIA,

com a presença de 51 Senhores Deputados.

Continuação da discussão da seguinte Proposição:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 189/76, veto apostado ao Projeto de Lei n.º 62/75, de autoria do Deputado José Muggiati Filho, que dispõe sobre o número de Vereadores às Câmaras Municipais e dá outras providências. Parecer da C.C.J., estando o veto em condições de ser apreciado pelo Plenário, por unanimidade.—

O SR. MUGGIATI FILHO — (Pela Ordem) Sr. Presidente, temos a impressão que não há número para continuar a sessão. Assim sendo, solicito a V. Exa. a chamada nominal dos Senhores Deputados para verificar a existência de quorum.

O SR. PRESIDENTE — Será feita a chamada nominal solicitada pelo Senhor Deputado Muggiati Filho.

(O Sr. 1.º Secretário procede a chamada nominal).

O SR. 1.º SECRETÁRIO — Responderam a chamada nominal 34 Senhores Deputados, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Del Ciel) — Com a presença de 34 Senhores Deputados, portanto com número legal para discussão e votação da matéria, continua em discussão a Proposição

n.º 189/76, concedendo esta Presidência a palavra ao Sr. Deputado Ivo Thomazoni se interesse houver em concluir o seu pronunciamento encerrado na sessão de ontem.

Com a palavra o Sr. Deputado Ivo Thomazoni. Não havendo manifestação do Sr. Deputado, concedo a palavra ao Sr. Deputado Muggiati Filho.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A discussão das razões que levam o Poder Executivo a vetar o projeto de lei em apreciação foram ontem interrompidas e nos parece que pelo menos para o registro dos Anais da Casa, determinados pontos devam ser esclarecidos.

O Projeto tem fundamento na Constituição Estadual, aprovada por esta Casa que estabeleceu o número mínimo para a composição da Câmara dos Vereadores em 9, e um número superior ou máximo, de 21. Com base nisso, o projeto estabeleceu os números em que as Câmaras que devam funcionar de acordo com a Constituição vigente.

Não se tocou na parte referente à legislação anterior no projeto, porque entende-se facilmente que a matéria relativa ao direito adquirido é de competência, se houver de ser discutida, de outro Poder.

Compete ao Poder Judiciário decidir as questões relativas ao direito adquirido. Mas, entre as razões do veto está a alegação de que o projeto é inoportuno.

Bem, nós não vemos e não entendemos e nem sabemos de que possa, de que exista algum dispositivo legal ou dispositivo de ordem processual legislativa que determine a oportunidade ou cumprimento de uma norma constitucional.

De modo que, parece-nos que o cumprimento de norma constitucional seja sempre oportuno, porque procura-se, quando se atende a Constituição, cumpri-la. Parece-nos que poderia haver a alegação de inoportunidade, se se tratasse de ferir algum preceito constitucional ou corrigir da sua não aplicação.

Nesta forma, na sua segunda alegação, diz o veto do Sr. Governador que “nesta segunda quinzena de maio os diretórios municipais dos partidos políticos estão ultimando medidas e providências, com vistas à elaboração de suas chapas de candidatos, tomando por base o atual número de Vereadores das respectivas Câmaras. A menos de seis meses do pleito municipal, dificilmente ter-se-ia condições para, em tempo hábil e com inteira eficácia, proceder-se a uma total reformulação no posicionamento da matéria.” E diz em conclusão que “o projeto de lei é conflitante em suas próprias disposições, eis que o § 1.º do artigo 1.º, ao se referir a ato de elaboração da Câmara, pressupõe “resolução”, o instrumento típico da manifestação privativa do legislativo. Por sua vez, o parágrafo 3.º, do mesmo artigo, diz que a Câmara “mediante projeto de lei “declarará o número de seus integrantes. Todavia, não constituindo, a rigor, o projeto de lei uma manifestação perfeita e acabada, pois para que haja eficácia depende de sanção do Chefe do Poder Executivo Municipal, fica estabelecida divergência entre as duas citadas disposições contidas no plano de lei ora vetado.

Por outro lado, deixando de ser expressamente revogado o atual parágrafo único do artigo 28, da Lei Complementar n.º 2/73, a matéria fica, também, sujeita a interpretações que poderão vir a prejudicar sobremaneira a boa exequibilidade da medida. Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto, diz o Sr. Governador.

Bem, vimos que oportuno é. E vemos também que não tem procedência nem o segundo nem o terceiro argumento do Sr. Governador do Estado porque nesta segunda quinzena a que

ele se refere, realmente, os diretórios dos partidos políticos estão com suas vistas voltadas para o lançamento dos candidatos aos pleitos municipais.

Mas, um ponto importante, é o de que as atividades dos diretórios municipais nada têm a ver com o projeto, uma vez que quem assumirá os encargos oriundos do projeto, serão as câmaras de vereadores de cada município, e, não, os diretórios municipais de cada partido. E, principalmente, sendo a câmara municipal a competente para elaboração de projeto de lei que eleve ou possa, também, reduzir o número de vereadores, se a câmara entender de aprovar um projeto que diminua o número de vereadores, o órgão legislativo do município deverá agir de acordo com o consenso político do município. Se o consenso político do município, entender que mesmo de acordo com a tabela existente e que atribua a cada um dos municípios o número de seus vereadores, mas, se entender que a redução não convém, ao município ou, convém ao município, é um problema que diz respeito a cada um dos municípios e, cujo teor legislativo, se feito, deverá expressar os interesses de cada município.

Portanto, o que nós não poderemos, neste plenário, discutir, é se os interesses dos municípios estariam voltados para uma elaboração legislativa que viesse aumentar ou diminuir o número de seus vereadores avocando, para este plenário, o debate que diz respeito, exclusivamente, ao município.

Se os municípios entenderem de aumentar, de acordo com a lei e, esse é um ponto a que nós vamos nos referir em nossas observações, que seria o caso de benefício, de um benefício, encarado sob um aspecto também muito interpretativo, porque aquilo que pode representar benefício para um município, nesta matéria, pode significar prejuízo para outro município. Então, a cada um dos municípios é que cabe decidir sobre a conveniência ou não de aplicação do projeto de lei ou da lei, se ela tivesse sido sancionada ou se o veto for rejeitado.

Nós temos a clara e a nítida impressão de que nenhuma razão assiste ao veto e estranhamos que conveniências de natureza politiqureira possa ser e razões dessa natureza possam ser invocadas para se decidir sobre o destino de um projeto de lei.

Há, em nosso País, um costume que constitui dentro das nossas tradições democráticas, dentro da tradição da cultura jurídica do povo brasileiro, uma afronta aos bons princípios, que é o de que sempre existe um jeitinho para não se cumprir com o dispositivo de lei.

Aplicado ao caso, nós vemos que a cada dia que passa, mais se acentuam em nosso País as divergências de natureza política, de natureza administrativa e nas de natureza político, as divergências em matéria de legislação eleitoral que é específica da vida política, de legislação partidária, existindo até dispositivos estatutários de partidos conflitando com textos da lei que disciplina a existência dos partidos, cujos conflitos têm servido principalmente para se estabelecer a instabilidade democrática em nosso País.

Enquanto nós todos não nos convertermos de que a Lei, como legítima expressão do direito que é e que a lei democraticamente feita que deve representar a opinião da maioria do povo, deve ser respeitada mesmo que contrarie o interesse de qualquer um de nós, nós também se não o fizemos assim e enquanto assim não o fizermos, não teremos a força moral necessária para que exijamos da parte contrária o cumprimento da lei quando ela nos favorecer.

Gostaria de fazer ainda duas referências: Uma ao que diz a doutrina, se houver tempo para isso. E, a propósito disso.....

O SR. PRESIDENTE (Del Ciel) (Faz soar os tímpanos).

Esta Presidência quer comunicar ao ilustre Deputado que restam apenas quatro minutos para o encerramento da sessão extraordinária.

O SR. MUGGIATI FILHO — Gostaria, no caso de se encerrar,

de requerer por antecipação a minha inscrição para a sessão seguinte porque segundo me faculta o Regimento Interno, tenho uma hora para completar, para fazer meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Del Ciel) — Perfeitamente. A Mesa registrará sua inscrição.

O SR. MUGGIATI FILHO — Agradeço a V. Exa. pela instrução a respeito. Mas, aproveitando como dizíamos, sempre entendemos também da inconveniência de que os projetos de representação e de maior responsabilidade vetados, tenham os seus vetos discutidos numa sessão cujo prazo é exíguo, requer, para que um orador esgote o seu tempo na tribuna.

A Constituição de 1969, ou seja, a Emenda Constitucional número 1, no § 4.º do Artigo 15, estabeleceu que “o número de vereadores será no máximo de 21, guardando-se proporcionalidade com o eleitorado do município.” A Constituição de 67 foi a que introduziu este dispositivo, que não vinha inserido, que não constava da carta de 1946, que disciplinava tão somente, a fixação do número das assembleias legislativas e dos membros do Congresso Nacional.

Com base nesta emenda constitucional de 1969, foi que a Constituição Estadual fixou o seu dispositivo, e do qual é consequência o projeto em discussão.

Mas, vê-se claramente do texto da Constituição Federal, que se preocupa acima de tudo com o número máximo de vereadores.

O número de vereadores será no máximo de 21, e também não diz, que aqueles como se exige para que toda a lei tenha efeito retroativo, que aqueles que não se enquadrem ou que não venham a se enquadrar na proporcionalidade aferida pela Lei, seriam atingidos com a obrigatoriedade de diminuição do número de seus integrantes.

O SR. PRESIDENTE (Del Ciel) — A Presidência comunica que resta apenas um minuto para V. Exa. concluir sua oração.

O SR. MUGGIATI FILHO — Prosseguirei então na próxima sessão, Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra para segunda-feira, dia 28, às 14,00 horas, com a mesma Ordem do Dia de hoje.

Levanta-se a sessão.

## 2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.ª LEGISLATURA

### ATA DA 110.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 24 DE JUNHO DE 1976.

QUINTA-FEIRA.

Presidência do Sr. Deputado Del Ciel, secretariada pelos Senhores Deputados Jorge Sato e Luiz Carlos Zuk.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aginaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros. Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato. Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, Luiz Alberto Oliveira, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Juranir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nilso Sguarezzi, Otássio Pereira, Quielise Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Wilson Fortes, Nelson Buffara e Gilberto Carvalho

(51); achando-se ausentes os Senhores Deputados Alfredo Gulin, Edilson Alencar e Osvaldo Macedo (3).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

#### S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Del Ciel) — Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

#### EXPEDIENTE:

(REQUERIMENTOS):

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, propõe à apreciação do Plenário e aprovação de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. ANTONIO HENRIQUE MONTEIRO, ocorrido no dia 23 do corrente, pioneiro das regiões: Joaquim Távora e no exercício do magistério, foi o 1.º diretor do Grupo Escolar Higo Simas da cidade de Londrina, radicando-se em Assaí por quase 3 décadas, exercendo funções de relevância na vida pública, foi ultimamente vereador daquela comuna.

Solicito outrossim, que se dê conhecimento do voto ora proposto à família enlutada, à Câmara Municipal de Assaí, Londrina e Joaquim Távora.

Sala das Comissões, em 24 de junho de 1976.

(a) FRANCISCO ESCORSIN.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, dentro de suas atribuições regimentais, requer após ouvir o Plenário, seja oficiado ao Exmo. Sr. Governador, para que autorize à TELEPAR, melhorias no funcionamento dos serviços telefônicos em Toledo.

Motivo, ofício recebido da Associação Comercial e Industrial de Toledo, que segue anexo como justificativa.

Sala das Sessões, em 24 de junho de 1976.

(a) ERNESTO DAL'OGGIO.

Toledo, 18 de junho de 1976.

Of. n.º 052/76

Exmo. Senhor:

Dr. ERNESTO DAL'OGGIO

DD. Deputado Estadual

N E S T A.

Senhor Deputado:

A ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE TOLEDO, formula o presente, a fim de solicitar de V. Exa., providências no que diz respeito a TELEPAR.

Uma melhoria no funcionamento dos serviços telefônicos em nossa cidade, pois dificilmente se consegue linha (canal) para se efetivar uma ligação local ou mesmo interurbana, causando sérios transtornos e prejuízos a todos os usuários.

Na expectativa de uma breve solução ao acima exposto apresentamos nossos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente

WALMIR GRANDE

Presidente

IVANIR LOCATELLI

Secretário

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente

O Deputado que abaixo subscreve, na forma regimental, após ouvir o Plenário, requer seja oficiado ao Exmo. Sr. Governador, para que autorize ao Detran a instalação da CIRETRAN em Toledo.

Motivo, ofício recebido da Associação Comercial e Industrial de Toledo, que segue anexo como justificativa.

Sala das Sessões em 23 de junho de 1976.

(a) ERNESTO DAL'OGGIO.

Toledo, 03 de junho de 1976.

Of. n.º 047/76

Exmo. Senhor

Dr. ERNESTO DAL'OGGIO

DD. Deputado Estadual

N E S T A.

Senhor Deputado.

A ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE TOLEDO, face ao crescente aumento de veículos automotores no município de Toledo, e conseqüentemente o de novos motoristas, credenciando a necessidade da instalação de uma CIRETRAN, nesta cidade, para uma melhor orientação e controle, dirige-se a V. Exa., solicitando o apoio para a instalação urgente do órgão.

Toledo consta atualmente com mais de 7.000 carros, e somente nos quatro primeiros meses deste ano, o Detran arrecadou para os cofres públicos Cr\$ 2.176.191,20, quanto o total arrecadado durante o ano de 1975, foi de Cr\$... 3.841.590,20.

A CIRETRAN em Toledo virá em encontro com os anseios de toda a população do Oeste, preenchendo uma grande lacuna existente e possibilitando habilitar a centenas de motoristas que dirigem ilegalmente, por motivo de dificuldade em habilitar-se.

Sendo o que nos apresenta, e contando com o apoio de V. Exa., renovamos nossa estima e consideração.

Atenciosamente

WALMIR GRANDE

Presidente

IVANIR LOCATELLI

Secretário

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Lastimamos profundamente envergonhados, a situação de nosso Estado no que tem a infra-estrutura de comunicação viária, notadamente na planificação de transportes inter-municipais e inter-estadual, reconhecidamente carente de meios seguros e decentes necessários à travessia dos rios que constituem os limites naturais, ora de municípios, ora de Estados, como é o que se registra em nossa fronteira - Rio Paraná - com Mato Grosso.

Cremos que outras Unidades da Federação, de menos pujança econômica, encontram-se melhores servidos neste setor.

E, como decorrência da ineficácia de nossos governos, sempre cegos à necessidade de se proporcionar fluidez elástica de nossas produções, cegos à necessidade de se proporcionar meios mais eficientes e seguros para o intercâmbio econômico entre este Estado e as unidades fronteiriças, inescrupulosos proprietários de arcáicas, inseguras, vagarosas e desconfortáveis balsas, aproveitando-se desse inqualificável estado de coisas, ACHACAM, EXTORSIONAM, ASSALTAM os desprotegidos motoristas que se obrigam - na nobre missão de transportar alimentos, de transportar progresso enfim - realizar vereadeiras aventuras - que lhes custam ainda os olhos da cara - a se valer das tais balsas, verdadeiros atestados de regressão, de atraso e de ausência de senso administrativo de nossos governantes.

Saibam as autoridades às quais ora nos dirigimos que, para exemplificar: A BALSA QUE EFETUA A TRAVESSIA DO RIO PARANÁ-MATO GROSSO, pelo PORTO SÃO JOSÉ, COBRA A IMPORTÂNCIA DE QUARENTA CRUZEIROS QUANDO SE TRATA DE VEÍCULO DE MAIOR PORTE, DEPENDENDO DE SUA CARGA.

Entretanto, nossa indignação, nosso inconformismo vai

além, quando é de nosso conhecimento, através de denúncias que se nos apresentam que dão conta da cobrança efetuada ainda sobre o passageiro, ou sobre as pessoas que acompanham os motoristas - proprietários ou não dos veículos - em suas viagens.

É o cúmulo do absurdo. É inconcebível que tal situação tenha continuidade impune.

E nisso registra-se enorme atentado aos chamamentos do Governo Federal, inteiramente mobilizado dentro da campanha de economia de combustível.

Pede o Presidente Ernesto Geisel que se economize gasolina: que a população valha-se mais do transporte coletivo e, enquanto S. Exa., através do Ministério da Fazenda, adota, em pleno ano eleitoral, medida considerada antipática, tornando obrigatório o depósito de Cr\$ 12.000,00 aos interessados em viagens para o Exterior, aqui no Paraná, debaixo dos olhos complacentes de nossas autoridades, verdadeiros assaltos são levados de minuto a minuto, a efeito.

Saibam então, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que o balseiro cobra, desavergonhadamente, ilegalmente, Cr\$ 2,00 por pessoa, além da taxa imposta ao veículo.

Eis aí, a nefasta desobediência aos chamamentos do Governo Central - em se aproveitando a viagem de amigo ou parente com o mesmo destino, o interessado deixa seu veículo em sua garagem, para economia de gasolina, força-se a pagar a unitariamente irrisória, mas cujo total, enriquece ilícitamente quem a cobra.

Esperamos que tais fatos sejam desconhecidos pelas autoridades, mas se não o fôr, registramos aqui nosso protesto pela ausência de medidas coibitivas de atos atentatórios à economia popular e dignos da excração pública.

Aceite o Governo do Estado esta nossa denúncia como sugestão para a correção de desmando praticado por verdadeiros espoliadores e desatentos brasileiros, surdos e cegos ante a realidade da economia nacional.

Sala das Sessões, em 24 de junho de 1976.

(a) VALTER PIETRÂNGELO.

#### REQUERIMENTO.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, REQUER a Vossa Excelência que ouvido o Plenário, seja enviado expediente aos Exmos. Srs. Ministro dos Transportes e Diretor do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, sugerindo a construção de viadutos na BR-116, na parte que liga à estrada de Paranaguá e São José dos Pinhais, respectivamente, por razões óbvias de economia considerável e que pode ser assim apresentada:

- a) com combustível, pois os veículos em demorada parada, até a abertura do sinal para cruzamento, tem desperdício inútil;
- b) investimento de capital com semáforos;
- c) permanência de guardas para ostentação do tráfego no local;
- d) há que considerar, ainda, que tais obras além de eliminar a perda de tempo na viagem, evita acidentes que, frequentemente, tem ocorrido, inclusive por defeito dos semáforos.

Sem dúvida, será uma obra que estará com o seu custo coberto em breve tempo, considerando-se não só o fator de economia de combustível que é de maior repercussão, presentemente, como ainda suprimirá uma preocupação da administração pública, nesses locais; e, de outro lado, a sua perpetuação no tempo, o que é de transcendental importância nos planos de obras que não podem ser improvisadas e nem palhativas,

para que não se tornem gastos inúteis, que significam sacrifício de outros setores carentes de empreendimentos.

Sala das Sessões, em 24 de junho de 1976.

(a) LINEU TURRA.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve e no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, requer o encaminhamento de apelo ao Exmo. Sr. Secretário dos Transportes, Engenheiro Osiris Stenghel Guimarães, no sentido de que determine estudos e a respectiva concorrência pública, para a exploração dos serviços de transportes coletivos intermunicipais entre Maringá e o distrito de Sarandi (Marialva).

A razão desse apelo àquela autoridade estadual é por força do Artigo 36, I e II, e artigo 46, do Código Nacional de Trânsito, que dá competência aos Estados, não só de conceder, mas autorizar ou permitir a exploração de serviços de transporte coletivo para linhas intermunicipais, dentro dos limites dos respectivos territórios, como igualmente regulamentar o uso das estradas e respectivas faixas de domínio. O Decreto 5.246 de 29 de março de 1974, estabelece, por sua vez, o Regulamento dos Serviços de Transportes de Passageiros do Estado do Paraná.

Sarandi, próspero distrito de Marialva, está encravado no perímetro urbano de Maringá, nele se confundindo, mas sofrendo percalços em seu serviço de transporte, porque depende de autorização estadual.

Atualmente, existe uma linha servindo aquele distrito (Viação Garcia), mas que não vem dando o atendimento esperado pelo público, face aos poucos ônibus e péssimo serviço.

A concorrência de duas empresas ou a organização de uma grande empresa seria a solução para o problema, daí a razão para que fizéssemos esse apelo.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 24 de junho de 1976.

(a) ANTÔNIO FACCI.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrevem no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, se oficie ao Sr. PRESIDENTE DA REPÚBLICA, GENERAL ERNESTO GEISEL, a necessidade contida na Carta de Fôz do Iguaçu, aspiração de todos os municípios do Paraná que solicitam através daquele documento já em mãos da Presidência da República, as atenções e melhores meios para administrar os seus municípios através da critérios mais justos na distribuição das receitas tributárias estaduais e federais.

Sala das Sessões, em 24 de junho de 1976.

(a) LUIZ CARLOS ZUK.

#### PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 77/76.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a incluir no Plano plano rodoviário estadual, para fins de conservação e melhorias, a rodovia que liga os municípios de Planaltina do Paraná e Santa Izabel de Ivaí.

Art. 2.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de junho de 1976.

(a) VALTER PIETRÂNGELO.

#### JUSTIFICATIVA:

A inclusão no Plano Rodoviário Estadual, que ora propomos, tem por objetivo dotar aquela progressista região de nosso Estado, de rodovia em melhores condições de tráfego,

que atualmente, face à escassez de recursos dos municípios, não tem sido alcançados.

O atual estado do percurso objeto do acima exposto é entrave ao escoamento agrícola e à ligação com outros centros, inclusive com o Sul do Estado de Mato Grosso.

O SR. PRESIDENTE — (Del Ciel) Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Buffara, primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Aproximadamente mil e 500 trabalhadores que operam na faixa do caos inflamável de Paranaguá, estão sendo injustiçados pelas firmas empregadoras.

Assim entendemos, porque eles trabalham numa zona de alta periculosidade e de grande insalubridade.

Lembram-se os Srs. Deputados que, há poucos meses atrás, segundo a imprensa disse, e é uma realidade, "Paranaguá por pouco não ia pelos ares".

Trabalhando, como trabalham, nessa faixa perigosa, não estão eles recebendo aquela taxa de risco de vida e insalubridade.

Assim sendo, estamos endereçando apelo ao Gal. Massa para que gestione junto às empresas empregadoras, que são várias empresas particulares, que contrataram esses homens e, possa obrigá-las a pagarem aquilo que esses trabalhadores têm direito.

O nosso requerimento está vazado nos seguintes termos. (Lê):  
"Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições com base no Regimento Interno, após ouvido o Plenário, respeitosamente. . .

REQUER o encaminhamento de veemente apelo ao General ADALBERTO MAZZA, digno Delegado Regional do Trabalho, no sentido da constatação do direito dos assalariados que trabalham na firma "SERTEP — SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA E PETRÓLEO, "SOCOTAN", VERA CRUZ e outras, no Porto de Paranaguá, de perceberem risco de vida e insalubridade, em decorrência dos serviços que prestam em área de inflamáveis e no interior de depósitos de combustíveis, em setor de elevada periculosidade e de inquestionável insalubridade.

O apelo encontra ampla justificativa na ciência de que cerca de mil e quinhentos assalariados, de firmas que exercem atividades no Porto de Paranaguá, não percebem os benefícios referidos, muito embora exerçam atividades em caráter de prática permanente, em eminente risco de vida e insalubridade, sendo possível vítimas de ludíbrio, decorrente de uma admissão supostamente transitória.

Comprometida a situação anômala, espera o signatário sejam adotadas enérgicas providências que resultem em amparo legal aos assalariados com direitos preteridos.

Sala das Sessões, em 23 de junho de 1976".

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Del Ciel) Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Novamente estamos nesta tribuna para nos parabenizar com o Governo do Paraná, com o Governo da Nação, pela realização de benefícios dirigidos ao nosso Estado, e especialmente, às comunas do Norte Pioneiro.

Queremos, neste instante, anunciar, euforicamente, a autorização, dada pelos responsáveis e que respondem pelo Instituto do Alcool e do Açúcar, para criação de destilarias de álcool

nas cidades de Santo Antonio da Platina, Cambará, Ibaiti, Joaquim Távora, todas do Norte Pioneiro.

Essas destilarias, vêm, oportunamente, preencher uma lacuna referente ao problema do combustível auto-motriz de nosso Estado, de nosso País.

Queremos, neste instante, dizer ao Paraná, que já estamos autorizados e devidamente sacramentados, para que, em breve, comecem a ser instaladas essas destilarias nas cidades do Norte Pioneiro.

Nós, modestamente, como morador daquela região, como eleitor e como um dos representantes do Norte Pioneiro, nesta douta Casa, queremos agradecer a S. Exa. o Sr. Governador do Estado, a S. Exa. o Sr. Presidente da República, o benefício que estão dando ao Paraná, benefício que o Paraná de há muito aspira, e que o povo merece.

Porisso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos de parabéns no que concerne ao problema das usinas de álcool, a fim de suprirem a crise do combustível.

Portanto, hoje, é uma data eufórica, porque foi autorizada a instalação dessas usinas para suprir essa lacuna existente em nosso País.

Queremos também que a Comissão Executiva desta Casa, representada pelo Sr. Presidente, e a imprensa local, tenham conhecimento do requerimento que iremos encaminhar a S. Exa. o Dr. Ascânio Miró Medeiros, com referência ao problema das carteiras psicotécnicas, implantadas em Jacarezinho e Santo Antonio da Platina.

O SR. PRESIDENTE — (Del Ciel) V. Exa. tem um minuto para concluir.

O SR. GABRIEL MANOEL — Obrigado. Queremos pedir vênias, em virtude da escassez do tempo, ao nosso Presidente, para ler um requerimento. (Lê):  
"Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno, REQUER, ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos desta Casa, sessão de hoje, um voto de louvor e congratulações ao doutor Ascânio Miró Medeiros, diretor do Departamento de Trânsito por haver gestionado, com sucesso, junto à Universidade de Londrina, para instalação de Postos Fixos em Santo Antonio da Platina, Jacarezinho, permitindo a realização de exames de sanidade física e mental, bem como, psicotécnico do Detran naquelas cidades e região, benefício que há muito vinha sendo reclamado pelas populações locais e adjacentes.

Outrossim, procede-se a mesma manifestação em relação à autorização dada à Ciretran de Ibaiti, para expedição de Carteira de Habilitação Profissional, série C, ato que muito vem contribuir para melhor atendimento dos motoristas da região.

Sala das Sessões, em 24 de junho de 1976".

Era isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, era isso, nosso Paraná, era isso, nosso Norte Pioneiro, o motivo de nossa euforia. Estamos trazendo fatos palpáveis e concretos, para que o Paraná saiba que o Governo de Jayme Canet está se interiorando dando sua contribuição ao povo menos favorecido de nossa região, e principalmente de nosso Norte Pioneiro.

Está de parabéns o Governo do Estado, como Santo Antonio da Platina, Jacarezinho e nosso querido Norte Pioneiro.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Del Ciel) Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Há injustiças relativamente pequenas que têm caminhadas tão grandes para alcançar, e às vezes não alcançam, as resoluções que pretendemos.

Em maio do ano passado, denunciávamos à Comissão Executiva da Casa, fatos relacionados com o restaurante que funciona no quinto andar. Pedimos providências, como medida de justiça, porque os grandes explorados, dizíamos, eram os funcionários deste Poder, que recebem os piores vencimentos de toda a história de vencimentos deste País, e além de pagarem caro a alimentação servida naquele restaurante, recebem um tratamento dos piores que podem receber, em qualquer congênera da cidade.

Fomos olhados até com o canto dos olhos, porque alguns queriam justificar que essa atividade é exercida por uma associação filantrópica. Mas nós justificamos que não é cometendo injustiças que se pratica ato social de alta relevância.

Entretanto, a Comissão Executiva não tomou nenhuma providência até hoje, das queixas e reclamações justas dos funcionários deste Poder.

Pretendi fazer como Pôncio Pilatos, lavar as mãos.

Há poucos dias apareceram alguns funcionários no meu Gabinete, para formalizar nova queixa e nova reclamação. Pedi que se dirigissem à Diretoria Geral deste Poder, e que dissessem através de um abaixo-assinado, essa queixa porque eu não iria mais participar de denúncias desta natureza, enquanto a Diretoria Geral fecha os ouvidos para o acontecimento.

Os funcionários fizeram, Sr. Presidente, Srs. Deputados, e está aqui. Faço hoje a última denúncia sobre o fato. Se as injustiças continuarem e a falta de providências permanecer, que a culpa caia sobre a direção administrativa deste Poder porque, inclusive, cheguei a fazer um levantamento de preços no comércio e entreguei esse levantamento ao Sr. 2º Secretário a fim de que S. Exa. pudesse ver qual a posição que deveria adotar.

Vou ler, me permito, a cópia desse abaixo-assinado, que foi enviado à Diretoria Geral pelos funcionários da Casa, no dia 28 de maio do corrente ano.

(Lendo): "Ilustríssimo Senhor José Maria Zanardini de Camargo.

MD. Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado. Neste Edifício.

Os abaixo-assinados, usuários do restaurante desta Casa, vêm com o devido respeito e acatamento expor, para solicitar o seguinte:

1 — que o atendimento oferecido pelo restaurante deixa muito a desejar em virtude da falta de educação e respeito aos funcionários, em determinados casos faz discriminação no atendimento dos usuários, determinando que os mesmos permaneçam longo tempo sem serem atendidos; fatos esses cometidos pelo garçon FERREIRA, que, além de tudo, não respeita os usuários;

2 — que pelo preço elevado cobrado pela pouca quantidade e péssima qualidade das refeições servidas;

3 — pela constante presença de corpos estranhos, tais como: moscas, cabelos, baratas e etc., encontrados nas refeições servidas devido à falta de condições higiênicas que se verifica nas instalações e nos utensílios utilizados;

Solicitam, que sejam tomadas providências para o melhoramento, com a mudança do garçom e do arrendatário". . . . .

Assinam 57 funcionários deste Poder.

O SR. PRESIDENTE — (Del Ciel) Comunico ao nobre Deputado que tem apenas um minuto para concluir seu pronunciamento.

O SR. LÚCIO MACHADO — Concluirei no minuto que me resta

Lembro-me que no último pronunciamento que fiz, a gerente do restaurante foi ao meu gabinete pedir-me que telefonasse para a Chefe da Liga das Senhoras Católicas, responsáveis pelo restaurante. Disse a ela que estava disposto a conversar com a direção administrativa do restaurante, mas não iria telefonar para essa senhora, porque não cabe a mim a responsabilidade. A responsabilidade é dela, a responsabilidade é da Casa. Justificou a gerente que essas senhoras são ricas e pagam para trabalhar

Se são ricas e pagam para trabalhar, devem trabalhar com decência, e não ficar explorando funcionários deste Poder. isto é, acima de tudo, falta de justiça.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Del Ciel) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Deni Schwartz, quarto orador inscrito.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Por se tratar, provavelmente, da última sessão desta Casa neste semestre, uma vez que na sexta-feira e na segunda-feira se convencionou fazer quase que uma sessão de expediente, quero me posicionar pessoalmente, não tendo consultado o meu Partido a respeito talvez do problema mais grave deste País. Comungo com o pensamento do Senador Saturnino Braga com respeito à economia brasileira e neste momento ao me posicionar desta tribuna quero afirmar que o Governo Federal não tem tido a coragem e a decência de reconhecer os males que afligem este País.

Leio no "Estado do Paraná" de hoje, três manchetes que são as seguintes: Álcool substituirá a gasolina. Segunda manchete: Povo aprova o racionamento. E terceira manchete: Preço da gasolina não afeta a venda de carros.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, muitos dos companheiros de partido no Congresso Nacional têm levantado as suas vozes, pedindo o racionamento de gasolina neste País. Mas, um País que já foi dito que não é sério, parece confirmar aquilo que Charles De Gaulle afirmou, o Brasil não é sério; porque acerca de três meses o Ministro Shigeaki Ueki dizia que o Brasil não pagaria os contratos de risco com petróleo. Acerca de 15 dias, o Presidente do Conselho Nacional de Petróleo no jonal "O Estado de São Paulo" afirmava que o Brasil poderia pagar os contratos de risco com petróleo. No mesmo país em que o Conselho Nacional do Petróleo diz e afirma e aconselha o racionamento da gasolina, o Ministro Shigeaki Ueki diz que não é possível o racionamento da gasolina.

E realmente não é possível enquanto existirem homens como Shigeaki Ueki, que está a serviço das multi-nacionais. A vanglória do Brasil é dizer que foi o único País do mundo ocidental que em 1974 aumentou sua produção de automóveis. E aqui está a manchete do jornal de hoje: Povo aprova o racionamento e todos, ouvindo acerca de 10 pessoas, aprovam o racionamento.

Mais em baixo, diz o seguinte: preço da gasolina não afeta compra de carros. Vejam bem Srs., o homem dos bairros, os estudantes, a maioria do povo brasileiro não usa gasolina, anda pendurado nos ônibus fétidos desta cidade e deste País. Mas a classe média superior que tem poderes para pressionar os seus patrões e, portanto, criar a inflação, ou os patrões desta mesma classe, estes usam os carros, além de usarem, eles compram e comprando, eles sustentam as multinacionais.

Não paramos a fabricação de automóveis, e não parando a produção de automóveis, não paramos a compra de automóveis, e o nosso cruzeiro tem que ser transformado em dólares. Para em dólares ser remetido às 7 irmãs, ou para as grandes multinacionais, que produzem automóveis.

O SR. PRESIDENTE — (Del Ciel) V. Exa. tem um minuto para concluir.

O SR. DENI SCHWARTZ — Por isso, num posicionamento pessoal, quero nesta oportunidade, dizer que não há saída para se diminuir os gastos com petróleo sem racionamento, e que racionamento com o aumento do preço da gasolina é racionamento para o Sr. Shigeaki Ueki, que está defendendo neste País, as multinacionais.

Muito obrigado. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Del Ciel) Encerrado o Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk.



O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No Paraná, como em todo o território nacional, em todos os municípios que compõem esta Federação, há a identificação política entre dois Partidos: Aliança Renovadora Nacional, partido que dá o sustentáculo político ao Governo e o nosso Partido, que tenta de uma ou outra forma, dar o sustentáculo político ao povo brasileiro.

Nesta identificação política aqui nesta Casa, nós diariamente somos testemunhas do trabalho dos Srs. Deputados da ARENA, procurados diariamente por Prefeitos de pequenos, médios e grandes municípios do Paraná. São eles o meio de ligação entre o Poder Executivo e as Prefeituras do interior do Paraná; são os nossos companheiros desta Casa, companheiros da ARENA, que, além de asseverados pela representação política, têm ainda para sua maior carga política, a responsabilidade de auxiliar nas administrações de seus pequenos, médios e grandes municípios.

Verificamos ainda, recentemente, nesta semana, o estado de crise de calamidade pública em que se encontram os pequenos e médios municípios do nosso Paraná, como também de toda a Federação brasileira.

Vemos nas solicitações até de agasalhos, feitas aos nossos colegas da ARENA, na solicitação de remédios e amostras grátis à Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, nas solicitações de convênios realizados, que as Prefeituras não têm condições de pagar suas parcelas, suas quotas de participação.

Vemos nos nossos companheiros da ARENA, solicitações de todos os tipos. Então, nesta tarde, solicitando a essa ilustrada bancada da ARENA, é que fazemos um requerimento a S. Exa. o Sr. Presidente da República, para que seja sensibilizado como os homens que detêm a inflação entre o Governo e o povo, representado pelos Prefeitos do Paraná e de toda a população; como nós não temos jurisdição em outro Estado, a não ser neste, é que nesta tarde, não iniciarmos este nosso pronunciamento, queríamos, antes, nos somarmos à representação da ARENA e dizer ao Governo constituído desta República, que a dificuldade das administrações públicas, pequenas e médias, é um estado lastimoso.

Prefeitos que vêm até de ônibus a esta Casa, Prefeitos que vêm com veículos oficiais, e são os Srs. Deputados da ARENA, em certas ocasiões que têm que pagar a gasolina, porque os municípios não têm atenção do Governo do Estado, do Governo Federal.

Então, nesta tarde, rememoramos o Encontro Municipalista em termos de Paraná, efetivado em Foz do Iguaçu, onde todos os Srs. Prefeitos deste Paraná ali reunidos, discutiam, apresentavam teses, apresentavam moções e foi instituída uma Carta de Foz do Iguaçu, carta essa que foi levada em mãos à Presidência da República.

Infelizmente neste Brasil, infelizmente a classe política deste Brasil, como disse outro orador que nos antecedeu nesta tribuna há dias passados, mais particularmente o ilustre Deputado Deni Schwartz, dava uma mostra do verdadeiro clima que reina na classe política brasileira, não só entre nós Deputados, mas entre os Srs. Prefeitos do Paraná e do Brasil, que estão marginalizados pelos Governos.

Há necessidade de sempre ter esse meio de ligação; há necessidade de ter o Governo uma coerência e atender a Carta de Foz do Iguaçu. Todos os Srs. Prefeitos, da ARENA e do MDB, indistintamente, solicitavam ao mais alto mandatário desta Nação, uma melhor distribuição equitativa da receita tributária, fosse ela federal ou estadual.

Não é admissível que num Estado, que esses mesmos municípios, com poucos recursos e, para identificar o que estou falando, como exemplo vou citar minha cidade, que é uma cidade, graças a Deus, de porte médio; é considerada entre as três ou quatro maiores cidades deste Estado.

Em minha cidade, para vergonha de nós pontagrossenses,

para vergonha do próprio Paraná, e para vergonha do Governo Revolucionário do Brasil, é uma cidade que tem uma dotação orçamentária de cem milhões de cruzeiros, quase, tem que fazer um empréstimo junto ao Banco do Estado do Paraná, para comprar duas motoniveladoras, porque não disponibilidade em caixa.

Calculem a "Princesa dos Campos", uma cidade altaneira, "Capital Cívica" deste Estado, por onde passaram inúmeras administrações que muito fizeram por nosso Estado, e hoje, tem à frente da administração, um Sr. Prefeito da ARENA; este elemento identificado no Partido Aliança Renovadora Nacional, não tem condições de comprar duas motoniveladoras. Que direi eu, de um vizinho município, como Ibituva, Ivaí, Cândido de Abreu? Direi o seguinte: — Recentemente, em uma estada minha em Ivaí, encontrava em frente do pátio da Igreja, duas motoniveladoras — uma sem pneu, a outra, quebrada.

Em contato com o Prefeito daquela cidade, dizia-me ele que não tinha nem condições de vir à capital, que solicitava aos ilustres Deputados David Federmann e Jurandir Messias, que intervissem junto ao Governador do Estado para que remetesse um pouco de auxílio, que desse um pouco de sua presença política, no Fundo Municipal de Assistência aos Municípios, que havia sido cortado ao município de Ivaí.

Então estes dois homens que representam, em termos de ARENA, aquele Município, em contatos com a administração do Estado, em contatos com as autoridades federais, conseguiram a recuperação, pelo menos, dos pneus daquela motoniveladora.

Então, é este o estado de calamidade em que se encontram todas as prefeituras do Paraná. Difícil são aquelas que não estão, que não estão neste nosso discurso, nesta nossa improvisação, sejam elas, tenham elas meio, entre todas aqui referidas.

O Sr. Muggiati Filho — V. Exa. permite um aparte? — (Assentimento).

Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, gostaria, se V. Exa. permitisse, de prestar um breve depoimento numa pálida ajuda ao tema que V. Exa. com tanto brilhantismo está abordando da tribuna. Brilhantismo e objetividade; e, realmente, V. Exa. está cheio de razão, porque hoje — e eu acredito que não se dá isso somente com o Estado do Paraná, mas, com a maioria dos Estados da União, — em todo o interior, se discute os problemas que estão sendo gerados pelo Sistema Tributário do Estado. Eu diria mais, o Sistema Tributário e o Sistema Financeiro; é verdade que o Sistema Tributário visou corrigir as grandes distorções da politiquice que medrava nos palácios governamentais, com relação à entrega da participação do Artigo 20 aos Prefeitos Municipais. Mas, infelizmente, o que o Estado devolve ao município é uma questão que como bem V. Exa. frisou, de alta importância, porque está gerando empobrecimento da grande maioria de nossos municípios.

E veja V. Exa. que, enquanto nossos municípios padecem porque arrecadam e recebem pouco, nós importamos de São Paulo, importamos ICM de São Paulo com o grande número de veículos que entram em nosso Estado e, assim, os demais Estados que recebem essa produção do Estado de São Paulo.

Estamos verificando que em nosso País, que constituíram sempre a grande maioria, que constituem em todos os países democráticos onde tem vigência o Regime Democrático e Capitalista, o pequeno constitui o início, muitas vezes, de um grande capital. Mas diante desse discricionarismo que existe, os municípios pequenos não possuem condições de financiamento no atual sistema financeiro. Não podem usar, como usam os municípios de maior produção de ICM e de maior condição de endividamento e nesse caso ainda o município de V. Exa. conta esse favor, conta a favor de si com este elemento condição de endividamento. Mas os pequenos municípios são discricionariamente afastados do sistema financeiro.

Assim como os pequenos comerciantes estão sendo desba-

ratados economicamente e desaparecendo como as pequenas instituições de crédito também desapareceram em nosso País, isso contraria os princípios elementares de economia e mesmo aquilo que se observa, por exemplo, na grande democracia americana onde existem até bancos de caráter municipal. E poucos são os grandes bancos, mas em todos os Estados existem bancos que funcionam às vezes, na sua grande quantidade com poucas agências.

Em nosso País estamos caminhando para o monopólio de tudo e não sabemos onde irá parar essa situação econômica financeira.

Portanto eu parabeno V. Exa. porque o discurso de V. Exa. haverá de encontrar eco, somado a todos aqueles que neste momento encaram o problema com seriedade, com a seriedade que realmente ele merece ser encarado. Porque os nossos municípios, na sua grande maioria, na sua quase totalidade estão sendo esmagados como os Estados do País estão tendo a sua economia esvaziada nas mãos dos grandes dos poucos Estados produtores.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Eu é que agradeço o aparte do ilustre Deputado Muggiati Filho.

Dizia naquele Congresso realizado em Foz do Iguaçu, falava, naquela ocasião, de que uma carta emanada daquele Congresso, foi entregue à mais alta autoridade desta Nação, como também ao Sr. Governador do Estado e até a presente data, a não ser oficiosamente tivemos conhecimento através da imprensa, de que aquele documento estava sendo estudado, estava sendo viabilizado para ser inserido na próxima programação orçamentária de 77, uma melhor distribuição de renda aos municípios brasileiros.

O Sr. Lúcio Machado — V. Exa. permite um aparte?

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Tem o aparte V. Exa.

O Sr. Lúcio Machado — Nobre Deputado Luiz Carlos Zuk, como municipalista que sou, não poderia deixar de interromper o seu belo pronunciamento para analisar com V. Exa. o retrato negro do empobrecimento que estão vivendo os municípios brasileiros.

Neste doze anos de período revolucionário, toda a economia municipal foi aglutinando-se aos poucos em torno do Governo Central, haja visto que as cotas de participação dos municípios juntos a outros órgãos administrativos, governo estadual e governo federal, além de pequenos foram absorvidas de maneira rápida, através dos empréstimos necessários que se faziam aos municípios para que eles pudessem subsistir.

Entretanto chegamos a um fato final, a um episódio que não tem solução, se medidas não forem tomadas para o estabelecimento de uma programática de justiça, principalmente na sistemática de distribuição de rendas aos municípios.

Porque essas cotas de participação, desde ICM até a participação do imposto de renda aos municípios, estão todas elas e por todos os municípios brasileiros empenhadas por muitos e muitos anos para frente.

O que V. Exa. viu nestes municípios, motoniveladoras encostadas por falta de dinheiro, retrospectando a falta de recursos da Prefeitura para a compra de pneus, a fim de movimentar a máquina mais importante do município, que é aquela que mantém as estradas por onde carrega os produtos de suas riquezas, isso que V. Exa. viu; se caminhar para ver, em quase todos os 300 municípios deste Paraná, V. Exa. vai ver, são máquinas quebradas que o Prefeito não tem condições de comprar uma peça para recompor e fazer esta máquina funcionar; são Prefeitos que estão encostando seus veículos de transportes, necessários para a execução dos trabalhos administrativos, por falta de recursos, para a compra de gasolina, para a compra de combustível.

São as prefeituras que estão diminuindo os seus operaria-

dos, e largando as estradas sem conservação, por falta de economia para pagar seus empregados; são as Prefeituras que estão às portas da falência, e prova disso, são poucos os homens que têm coragem, nesta oportunidade, de disputar uma Prefeitura Municipal e assumir a responsabilidade de Prefeito. Para nós, nobre Deputado, que somos de formação municipalista, o seu discurso é de uma oportunidade extraordinária. Oxalá ele tenha ressonância junto às autoridades responsáveis por estes acontecimentos.

É preciso que ao invés de 20 por cento da cota de participação do ICM, o Município tenha quarenta, porque o município é o organismo produtor da economia do Estado. E que a participação da cota do Estado junto ao Governo Federal, seja dobrada ou triplicada.

É preciso que atenda aos seus contribuintes, porque uma Nação subsiste através dos municípios; e o Estado existe através da economia municipal.

Era o aparte.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Agradeço o aparte do Deputado

Lúcio Machado, bem como de outros parlamentares desta Casa que tiveram sua passagem na administração pública dos seus municípios; eu não poderia, nesta ocasião, além de deixar de agradecer o ilustrado aparte oferecido, deixar de testemunhar de que, um outro grande Prefeito deste Estado, Prefeito este, da ARENA, Pinto Dias, de Paranavaí, falava na ocasião deste Congresso, ilustrando a tese municipalista defendida por outro grande Prefeito deste Estado, Prefeito este do nosso Partido, do MDB, da cidade de Guarapuava, Nivaldo Passos Kruger, que somava junto com Pinto Dias, e traduzia aos governos do Estado e da União, a harmonia existente entre as administrações, fossem elas dos dois partidos, ou fossem de um partido só.

O Sr. Gabriel Manoel — V. Exa. permite um aparte? — (Assentimento).

Nobre Deputado, estamos ouvindo com atenção e com o devido respeito, o pronunciamento de V. Exa.

Ouvimos também, os apartes dos ilustres Deputados componentes de sua bancada.

Apenas para elucidar V. Exa., jovem Deputado, combativo Deputado, que não quer outra coisa a não ser o progresso de sua comuna, de seu Estado, de sua Nação.

Queremos apenas fazer um paralelo dos Governos Centrais, de 64 para cá, e dos antes de 64, quando nós, Prefeitos de Joaquim Távora, que éramos, e o ilustre Deputado Lúcio Machado, Prefeito de Santo Antonio da Platina, víamo-nos impedidos, muitas vezes, a catar ferro velho para montar uma máquina para fazer as estradas de nossos municípios.

Hoje, o que vemos, são certas Prefeituras carentes, como diz V. Exa., carentes de recursos para atender a demanda de seus serviços da malha viária de seus municípios. Mas, saiba V. Exa., jovem Deputado Zuk, que nós, bem como o nobre Deputado Lúcio Machado, sabemos que, antes de 64, com raras exceções, vínhamos, de chapéu na mão, implorar o fatídico Artigo 20 que governos passados não pagavam. E não pagavam porque o Governo Central também não pagava.

Hoje, vemos as Prefeituras aquinhoadas com o Programa Pró-Safrá, com o problema do dinheiro à boca do cofre, com o problema do Fundo de Participação, pagos sem saberem se o Prefeito é da ARENA ou do MDB.

Portanto, nobre Deputado, não podemos fazer comparação entre os governos de 64 para cá, e os anteriores, quando os Prefeitos faziam as máquinas para suas Prefeituras.

Hoje, municípios pequenos têm 3, 4 máquinas, graças ao pagamento do ICM, do Fundo de Participação.

Vemos todo o interior eletrificado, graças ao Fundo de Eletrificação Rural.

O que pede V. Exa. é justo e necessário, porque também somos municipalistas como V. Exa. Mas, não podemos deixar de



fazer um paralelo entre os governos de 64 para cá, e os anteriores, quando os Prefeitos mendingavam o fatídico Artigo 20. Hoje, os Prefeitos não precisam mais vir mendigar às portas do Palácio do Governo. Vemos tantos municípios pequenos, como Ribeirão do Pinhal, Nova Fátima, Congoinhas, Curiúva e outros, que têm 4 ou 5 máquinas para rasgarem suas estradas municipais, para transportarem suas safras até o Porto de Paranaguá, considerado um dos maiores portos do Brasil.

V. Exa. há de convir comigo que é necessário que se faça justiça a este Governo que é o maior Governo dos últimos tempos, o maior Governo a partir de Castelo Branco até Ernesto Geisel.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Agradeço o aparte do ilustre Deputado Gabriel Manoel.

O Sr. **Fidelcino Tolentino** — Nobre Deputado, não solicito um aparte, mas desejo apenas fazer uma indagação: de 60 a 64, quem governava o Paraná?

O Sr. **Gabriel Manoel** — Quem governava o Paraná era o brilhante e ilustre Governador Ney Braga, um dos melhores políticos que temos.

O SR. PRESIDENTE — (Del Ciel). Esta Presidência apela aos eminentes Deputados para que utilizem os apartes tão somente quando concedidos pelo orador que ocupa a tribuna. Asseguro a palavra ao Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Dizia que há uma necessidade do Governo do Estado e do Governo Central, voltarem suas vistas aos municípios.

Pediram apartes os ilustres Deputados, dentre os quais o ilustre Deputado Gabriel Manoel. Entendemos que a nossa formação política, a nossa identificação política é posterior a 64, mais precisamente em 68, quando iniciamos nossa vida política como Vereador em Ponta Grossa.

Entendemos que nossos pronunciamentos têm validade, a exemplo daquilo que foi dito aqui pelos ilustres Deputados aparteados.

Estamos alertando o Governo para que não volte àquele estado de coisas. Quase diariamente aqui estão Prefeitos Municipais pedindo a interferência política de Deputados, daqueles que representam seus municípios, para conseguir junto às Secretarias de Estado, junto ao Governador do Paraná, uma assistência melhor à sua administração. Referendamos os pedidos feitos por todos os Prefeitos deste Estado ou desta Nação, ao Governo Central ou ao Governo dos Estados, para que reformulem a receita tributária em termos específicos de assistência aos municípios.

O Sr. **Deni Schwartz** — V. Exa. permite um aparte?

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Antes de conceder o aparte ao Deputado Deni Schwartz, queria dizer também que entendemos todos os posicionamentos políticos nesta Casa. Entendemos as posições adotadas pelos diversos componentes deste Poder, sabemos perfeitamente bem que enquanto estamos aqui falando, alguns dos Srs. Deputados não tomam a si a responsabilidade que a maioria dos Deputados tem, de dar uma assistência direta à administração. Muitos dos Srs. Deputados se esquivam da responsabilidade, transferem a sua competência. Assistimos aqui nesta Casa — omitimos o nome mas se necessário for daremos o nome, — um companheiro que transferiu a outro companheiro — companheiro em termos de Parlamento — que teria um número maior de votos de todo o município, uma questão administrativa, na qual estava pendente um empréstimo a ser concedido pelo Estado do Paraná.

Vi que muitos Deputados têm seu tempo todo tomado por inúmeros prefeitos que procuram por todos os meios possíveis se agarrarem a todos os parlamentares, para conseguir uma mínima coisa do Governo do Estado, e às vezes não encontram em determinado companheiro, seja da ARENA ou do MDB, o respaldo que aqui encontramos em todos os Deputados. Aceito

o aparte do Deputado Deni Schwartz.

O Sr. **Deni Schwartz** — O Deputado Gabriel Manoel levantou uma questão que, francamente, me deixou engasgado. Antigo Prefeito, Presidente de uma Associação dos Municípios durante 4 anos, Conselheiro da Associação dos Municípios do Paraná e ex-Vice Presidente da Associação Brasileira dos municípios, conheço muito bem a situação tributária dos municípios. O município hoje, somados todos os tributos recolhidos no Brasil, participa apenas com 12 por cento do bolo tributário.

Mas, não fica aí o nosso estudo. E, aproveitando estar na Presidência desta sessão o ilustre Deputado de Londrina gostaria de pedir a S. Exa. que conseguisse naquela Prefeitura um trabalho feito pela assessoria da Prefeitura de Londrina nos idos de 1970 e que prova que o Art. 20 carrega para os cofres públicos municipais mais do que o atual ICM.

O fato dos Prefeitos não receberem é culpa única e exclusiva da politicagem que se fazia com o dinheiro que pertencia de fato, às Prefeituras.

Solicito ao Sr. Presidente que consiga esse trabalho onde se demonstra, perfeitamente, esse fato. Por isto, já afirmei nesta Casa que o Presidente Castelo Branco nada mais foi do que um disciplinador, porque obrigou os Srs. Governadores, os Executivos Estaduais, a entregarem aos municípios aquelas verbas que, de fato, lhes pertenciam.

Mas veio o famigerado AI-5. O Governo Revolucionário que reconhecia que se poderia dar às Prefeituras 10 por cento do Fundo de Participação dos Municípios, acabou dando apenas 5 por cento. Agora, gradativamente está sendo elevado e já está em 6 por cento. Se o Governo Revolucionário acreditava que as Prefeituras poderiam receber 10 por cento, porque cortou para 5 por cento com o AI-5? Cortou-se para 5 por cento, dizendo que os Prefeitos faziam apenas fontes luminosas.

Esqueceram os homens revolucionários do AI-5 que antes de 64 as escolas municipais quase não existiam; esqueceram que neste Estado, desde 1970, não se faz concurso para professores do 1º ciclo e que as escolas do interior estão sendo mantidas todas pelas Prefeituras; esqueceram que antes de 64 o Departamento de Água e Esgoto é que fazia o serviço de água e esgoto na cidade. Hoje a SANEPAR pega o dinheiro e não devolve. No município de Verê, segundo temos conhecimento, pegou 80 mil cruzeiros e, até hoje, não fez sequer um metro de cano, criando problemas para aquele município, para aquele Prefeito que tem que prestar contas, uma vez que o dinheiro é do Fundo de Participação dos Municípios.

Esquece que antes de 64 não se exigia do miserável do Prefeito, para ter uma comarca, para ter justiça em seu município, tivesse que construir Fórum. Hoje exige-se a construção do Fórum e da casa do Juiz; esquece que o Prefeito de hoje é obrigado a dar assistência social, coisa que não se fazia anteriormente.

Por isto, nesta oportunidade, desengasgo dizendo isto. Solicito ao Sr. Presidente desta Casa que faça esta gentileza de achar o trabalho feito pela Prefeitura de Londrina que prova que antes da reforma tributária as Prefeituras do Brasil recebiam mais verba do que depois da reforma.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Agradeço o aparte do Sr. Deputado Deni Schwartz.

O Sr. **Basílio Zanusso** — V. Exa. permite um aparte?

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — A seguir concederei o aparte e gostaria de rememorar a passagem, nesta tribuna, na tarde de ontem, de um companheiro nosso, Deputado Antônio Facci. Nessa ocasião, S. Exa. dava conhecimento à Casa de que um Prefeito deste Estado renunciou ao cargo de Prefeito para ser candidato ao cargo de Vereador do mesmo município.

Quero alertar o Governo do nosso Estado e os Governos dos demais Estados brasileiros, assim como o Governo Central que futuramente, mesmo a Aliança Renovadora Nacional que

tem o predomínio em todo o território brasileiro em termos de número, não terá mais, se não for revisada esta Legislação Tributária, homens imbuídos de boa vontade, terá apenas homens impostos para administrar os municípios.

Concedo o aparte ao Sr. Deputado Basílio Zanusso.

**O Sr. Basílio Zanusso** — Prezado Deputado Zuk, também eu acompanho com atenção o seu discurso e verifico que a preocupação de V. Exa. é a de que o município tenha maior participação em sua arrecadação, principalmente oriunda dos impostos, dos recursos da área nacional. É ponto de vista exposto por V. Exa. e confesso que V. Exa. advoga uma causa na qual não está sozinho nesta Casa. Mas, pedi o aparte a V. Exa. surpreso com a notícia do Deputado Deni Schwartz que informa a esta Casa que Londrina deve ter um estudo comparativo da arrecadação do antigo Artigo 20, em relação ao esquema atual, dizendo que o artigo representava muito mais em ICM. Se esse estudo se refere a todo o Estado do Paraná, eu também tenho o mais vivo interesse e, se me for permitido, gostaria de receber um exemplar deste estudo.

Porque, no meu entendimento, isto não acontece no Paraná em seu todo e o Deputado Deni Schwartz, que esta Casa toda conhece pela sua experiência de ex-Prefeito, Deputado brilhante e que, fazendo comparações com as condições econômicas do município antes e depois de 1964, mas, o que eu sei da administração política antes de 1964, não se pode fazer nenhum termo de comparação com as atuais.

Quando se fala em água e esgoto, e o Deputado fez referência a isso, em água e esgoto nem se falava. Quantas cidades do Paraná tinham esgoto antes de 1964? Projeto, pelo menos, nada. Escolas? Nova Esperança, para dar exemplo a V. Exa., em 57, não tinha nenhuma escola construída pelo Estado e nem pelo município.

Que dizer de assistência social? Assistência social existe depois de 1964, porque era comum, era freqüente, principalmente lavradores andarem com listas, angariando recursos de caridade pública para atendimento médico-hospitalar e funeral. Era comum, era freqüente.

O município hoje, no meu entendimento, e eu não quero discordar de V. Exa., note bem, Sr. Deputado, quando diz que o município deve ter uma participação maior, eu concordo com V. Exa. mas, discordo das afirmativas de que o município antes de 64 era mais rico que hoje. Estão aí as obras todas destes municípios do Paraná mostrando as realizações deste período para cá. E o Deputado Gabriel Manoel também, se referindo ao fortalecimento do município; o Estado tem ido de encontro aos Prefeitos Municipais através de convênios, em todas as áreas da administração pública.

E quero dizer a V. Exa., que em alguns casos do Paraná, são tantos os recursos e convênios colocados à disposição das administrações municipais, que já muitos municípios não têm atualmente, sequer, reivindicações a apresentar ao Sr. Governador do Estado porque o atendimento tem sido, e a orientação no atendimento das obras prioritárias do município sob forma de Convênio, atendimento imediato. Daí eu estranhar que, embora respeitando a opinião de colegas nossos desta Casa, faço referências elogiosas ao período antes de 64, criticando o período de lá para cá.

Muito obrigado, Sr. Deputado.

**O SR. LUIZ CARLOS ZUK** — Agradeço o aparte do Deputado Basílio Zanusso, e queria, nesta oportunidade, falar como exemplo, o município no qual convivo, no qual me identifico e no qual tenho o prazer de residir que é Ponta Grossa.

Falava nesta Casa, no início desta Legislatura, a carência e a premência de ter em Ponta Grossa uma nova Delegacia de Polícia e uma nova Cadeia Pública. Insistia quase que assiduamente nesta tribuna, através de requerimentos à Mesa Executiva, posteriormente em contato com o ilustre Deputado David

Federmann, com o Sr. Prefeito de Ponta Grossa, com o Secretário de Segurança deste Estado e ainda mais com o Sr. Secretário de Administração deste Paraná, verificamos que o Governo do Estado teria e tem a maior e a melhor boa vontade de dotar Ponta Grossa de uma nova delegacia, de uma nova cadeia pública, constituído de um bloco chamado Palácio da Justiça e um projeto arquitetônico já elaborado pelo Governo do Estado.

Fomos e somos agora, testemunhas de que, o que nós argüimos nesta tarde se encontra como exemplo na nossa administração de Ponta Grossa, não tem a Prefeitura de Ponta Grossa condições de assinar o convênio com a Secretaria de Segurança para a construção destas obras. O atual Prefeito de Ponta Grossa não tem meios nem condições de arcar com a sua parte onerada ao município. Se Ponta Grossa não tem condições de assinar um convênio destes, calculem os outros municípios.

Então, a partir daquele dia, quando tomamos conhecimento que era falta tão somente da assinatura do Prefeito de Ponta Grossa, nos calamos desta tribuna. Não endereçamos mais nenhum requerimento ao Sr. Governador do Estado, ao Sr. Secretário de Segurança Pública. Nos dirigimos aos nossos companheiros da Câmara Municipal de Ponta Grossa e lá estamos desenvolvendo um trabalho pelo qual tentamos sensibilizar o Sr. Prefeito que tem a responsabilidade não quer fazê-lo, de dotar a Princesa dos Campos, de uma melhor assistência no que concerne à sua segurança como também e instalação do serviço de rádio-patrolha. Demonstrava aquele atual Prefeito de Ponta Grossa, que não tem condições o município de arcar com o convênio assinado a ser instalado o serviço de rádio-patrolha em Ponta Grossa. Indago, nesta Casa, se Ponta Grossa não tem condições de dotar de segurança, palavra dada pelo Sr. Prefeito da minha cidade, com o testemunho do Deputado David Federmann, qual é a regalia que terão os outros municípios, os outros Prefeitos, da ARENA e do MDB neste Estado?

**O Sr. Gabriel Manoel** — V. Exa. me permite um aparte?

(Assentimento).

Deputado Zuk, como dizia o ilustre Deputado Alencar Furtado, para não misturarmos "serenata com caçada de tatu", pediria a V. Exa. que também esclarecesse o que se fez na sua Ponta Grossa, na sua Princesa dos Campos, uma cidade que hoje é orgulho do Paraná no que concerne ao problema da cidade industrial. Foi exemplo para o Paraná, quicá para o Brasil. Hoje, vemos Ponta Grossa majestosamente dotada de uma cidade industrial, com indústrias do porte da SAMBRÁ, do porte da CARGIL, caminhões trafegando naquelas indústrias que são uma verdadeira cidade. E V. Exa. sabe perfeitamente que Prefeitura e Governo são uma sucessão de fatos. Quería apenas que V. Exa. fizesse referência também, às obras memoráveis do ex-Prefeito e atual Prefeito de Ponta Grossa.

Muito obrigado, Deputado Zuk.

**O SR. LUIZ CARLOS ZUK** — Com muito bom gosto, ilustre

Deputado. Apesar de serem testemunhas todos os Srs. paranaenses e brasileiros que transitam pela nossa cidade, a grande ascendência econômica e industrial por que passou o nosso município, temos a certeza de que, no futuro, outros Deputados que sucederão Gabriel Manoel nesta Casa haverão de dizer que um dia, mais precisamente 24 de junho, falava o ilustre Deputado da grande fase de industrialização por que passou Ponta Grossa nas administrações passadas e na atual; este Deputado, que irá suceder Gabriel Manoel nesta Casa terá também a condição de dizer que após aquelas administrações, outras melhores somaram para Ponta Grossa e para o Paraná e traduziram além daquele progresso industrial, a implantação em Ponta Grossa de um serviço de água e saneamento, retirando da SANEPAR que apenas foi ao nosso município, arrecadando, onerando a Prefeitura e o ex-Prefeito, e colocando o atual Prefeito em uma situação delicadíssima. O atual Prefeito sem ter culpa alguma, o atual Prefeito sem ter condições algumas de res-

ponder pela passada administração que hoje ocupa uma Secretaria de Estado, mais precisamente a Secretaria de Indústria e Comércio, quando passou um acervo de serviço de água e saneamento, que era de propriedade dos Srs. pontagrossenses...

**O Sr. Domício Scaramella** — V. Exa. permite um aparte?

**O SR. LUIZ CARLOS ZUK** — ... já permito... que era dos pontagrossenses, Serviço de Água e Saneamento, passava o ex-Prefeito de Ponta Grossa à SANEPAR, um patrimônio estimado hoje em mais de 100 milhões de cruzeiros, passava ele na ocasião, por 16 milhões de cruzeiros.

Denunciado o fato na Câmara, enquanto ainda éramos Vereadores lá em Ponta Grossa, houve por parte do Estado um reestudo e uma suplementação, elevando-se aquela quantia a 20 e poucos mil cruzeiros.

E o que é que foi feito em Ponta Grossa até o dia de hoje, que o atual Prefeito responde por uma responsabilidade que não é sua? Que foi do seu antecessor que confiou no Governo do Estado, que confiou na SANEPAR, que confiou nas autarquias e não viu retribuída a sua confiança de homem íntegro e honesto que foi, na assinatura daquele convênio?

Não cumpriram em nada até o dia de hoje.

Quero, nesta ocasião, dizer que os feitos atinentes ao meu município não entram no mérito da minha participação nesta Casa, na tarde de hoje. O que entra no mérito da minha participação é para os próprios Srs. Deputados da ARENA, para o próprio Governo que tem o sustentáculo político dado pelos Srs. Deputados; é respaldando a posição de homem público, de homem que percorreu interior, e vê o que nós estamos narrando, com o testemunho do Deputado citado anteriormente por mim, e agora já com a presença em Plenário do ilustre Deputado Jurandir Messias, que tenta dar a Cândido de Abreu, Ivaí, aquilo que falta, tudo. O Prefeito com boa vontade, o Deputado com maior vontade ainda, faltando o respaldo do Governo constituído.

Antes de conceder o aparte ao Deputado Leopoldo Jacomel concedo o aparte ao Deputado Domício Scaramella, que havia solicitado anteriormente.

**O Sr. Domício Scaramella** — Ilustre Deputado Zuk. Estou atendendo com muita atenção o vosso pronunciamento, com referência ao Governo que dá más condições aos municípios.

Quero lembrar aqui o que me passa pela memória. Sou um político do passado e um político do presente, e quero lembrar aos ilustres Deputados que apartearam que, antes de 1964, no Governo do saudoso Manoel Ribas, do saudoso Bento Munhoz da Rocha Neto e de Moysés Lupion, na minha região, foram construídas diversas obras, grupos escolares, postos de higiene e no Governo Munhoz da Rocha, foram construídas no Paraná mais de 100 postos de Puericultura e, quanto me parece, hoje estão todos fechados.

Então não vamos aqui querer criticar o Governo passado e trazer mérito ao Governo da Revolução. Quero lembrar ainda aos ilustres Deputados que apartearam o ilustre Deputado Zuk que, antes de 64, o IVC que era pago pelos consumidores era de 6,9 por cento e que o malfadado Artigo 20, não era pago aos municípios que eram perseguidos pelo Governo do Estado.

Mas o ICM que a taxa era 15 por cento e que no Governo Castelo Branco ele imprimiu no País para que fosse designado as cotas, diretamente aos municípios, prestando uma homenagem àquele grande municipalista porque saímos das garras dos Governos que nos perseguiram.

Fui Prefeito na época, quando o saudoso Presidente da República Castelo Branco promulgou a lei, para honra nossa éramos Presidente da Associação Paranaense dos Municípios e não vou me alongar, Deputado, porque parece que os minutos são escassos, só quero lembrar aos ilustres Deputados que vos apartearam, que antes de 64, na minha região, o Governo do Estado construía obras, reformava prédios, nomeava profes-

soras no município. Hoje, no município de União da Vitória, se queremos ter escolas conservadas, é o município que as conserva; se queremos ter professoras, é o município que as nomeia; inclusive, para conhecimento desta Casa, no meu município, que me honra de ser um dos municípios base de minha vida pública, o Prefeito de União da Vitória tem contrato com mais de 45 funcionários municipais, servindo a órgãos estaduais. Não vou citar quais os órgãos; mas, oportunamente, trarei os órgãos aos quais estão à disposição e o nome dos funcionários, para que possa funcionar o município de União da Vitória.

Se quisermos criar uma Faculdade de Administração e Ciências Econômicas, se quisermos fazer algo em benefício da juventude de nossa região, a Prefeitura de União da Vitória criou uma Fundação de Faculdade Municipal e construiu seu próprio prédio. Era isto que queria dizer nesta Casa e me solidarizo para que com este apelo de V. Exa., haja a possibilidade do Governo da União, aumentar, principalmente, a taxa rodoviária, que distribua mais aos municípios, porque antes de 64, um veículo comum, pequeno, um Volkswagen, por exemplo, pagava dezoito cruzeiros de imposto ao município de União da Vitória; hoje, quase mais de mil cruzeiros e este imposto vai embora.

Queria, neste apelo de V. Exa. me congratular com V. Exa. e que o Fundo de Participação seja aumentada a cota, ao município.

Considero-me um municipalista, porque já exerci por duas vezes, o cargo de Prefeito, em minha cidade.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** — (Del Ciel). Para informar a V. Exa. que restam 5 minutos para encerramento do Grande Expediente.

**O SR. LUIZ CARLOS ZUK** — Ao final da nossa participação na tarde de hoje nesta tribuna, queremos que fique registrado nos Anais desta Casa que não faltou para com o Governo do Estado, para com o Governo da União, o pedido referendado por esta Casa e, acredito na sua totalidade, de um reforço à solicitação da Carta de Foz do Iguaçu, para que tenham as nossas gerações políticas futuras, tenham elas condições de apontar a quem de direito, se deve a extinção e, acima de tudo, a solicitação antes até espontânea, hoje dificultada por isso que estou transmitindo de nomes, dentro dos dois partidos políticos, que com boa vontade como faziam antigamente, com discernimento, dirigiam os destinos dos municípios brasileiros.

E, ao finalizar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, pediria que este nosso requerimento a ser enviado a S. Exa., o Sr. Presidente da República, seja em nome desta Casa e não tenha ela a identificação política; que seja um requerimento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

**O SR. PRESIDENTE** — (Del Ciel). Esta Presidência registra a satisfação deste Poder em receber a visita do brilhante e eminente Deputado Federal Alencar Furtado, Vice-Presidente da Câmara Federal.

E, ainda anuncia que brevemente dará atendimento à solicitação do Deputado Deni Schwartz, que se relaciona ao estudo realizado pelo município de Londrina, concernente a distribuição das receitas tributárias no Estado do Paraná e, de modo geral, da Nação Brasileira.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

**ORDEM DO DIA,**

com a presença de 51 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Valter Pietrângelo, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 58/76, de

autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 70/76, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura, com o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, objetivando execução do Projeto Integrado de Preservação e Pesquisa dos Recursos Naturais Renováveis. Parecer **favorável** da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 59/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 71/76, que aprova o Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura, com o município de Clevelândia, visando o Fomento Agropecuário na Região. Parecer **favorável** da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 60/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 73/76, que aprova o Termo Aditivo de Renovação de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Saúde e Bem-Estar Social e Hospital Psiquiátrico Franco da Rocha, da cidade de Ponta Grossa, com objetivos que especifica. Parecer **favorável** da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 102/76, de autoria do Deputado Ivo Thomazoni, que atribui ao Governador e ao Vice-Governador do Estado, ajuda de custo mensal a título de mordomia, de valor igual aos respectivos subsídios e reajustáveis sempre que estes sofrerem alterações. Pareceres **favoráveis** da CCJ e CJ, por unanimidade. — Em discussão.

O SR. PAULO CAMARGO — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Del Ciel). Com a palavra V. Exa. para discutir.

O SR. PAULO CAMARGO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Vou ler, sem comentários, a carta que eu recebi hoje do Sr. Governador do Estado, referente ao Projeto de Resolução número 102/76. (Lê):

“Senhor Presidente.

Tendo chegado ao meu conhecimento, nesta data, que está tramitando nesta Casa, por iniciativa das nobres lideranças do MDB e da ARENA, Projeto de Resolução que visa atribuir a título de mordomia, ajuda de custo ao Governador e ao Vice-Governador do Estado, com o objetivo de corrigir distorção e desnivelamento dos vencimentos e vantagens percebidos pelos mesmos, com relação a de outros altos cargos e funções do Poder Público, tomo a liberdade de me dirigir a V. Exa. para expender algumas considerações que julgo necessárias.

Embora a iniciativa e a resolução de matéria dessa natureza, sejam de competência exclusiva e privativa do Poder Legislativo, é evidente que a sua aplicação diz respeito diretamente ao interesse pessoal dos titulares dos cargos alcançados pelos seus efeitos.

Por isso, Senhor Presidente, sem qualquer intenção de ferir a independência e a autoridade do Poder Legislativo, ousou submeter à elevada apreciação de Vossa Excelência e dos seus nobres Pares, o meu ponto de vista pessoal, que é também o do ilustre Vice-Governador do Estado, que gostaria de ver atendido e para o qual solicito, encarecidamente, a melhor atenção dessa Casa.

Não obstante reconheça como válida e perfeitamente cabíveis as razões que motivaram a apresentação do referido projeto de resolução, considero perfeitamente dispensável a sua vigência no presente, solicitando assim que se aprovado, passe a vigorar apenas no próximo período governamental, a partir de 15 de março de 1979, através de emendas ao seu original.

Contando com o elevado espírito de compreensão de V.

Exa. e dos integrantes das duas bancadas dessa Casa, sempre prontos a aceitar com discernimento e imparcialidade o diálogo franco que, mercê de Deus, sustenta a harmonia entre os Poderes Legislativo e Executivo Estaduais, antecipo-lhes o meu melhor agradecimento.

Cordialmente

Jayme Canet Júnior

Governador do Paraná”.

O SR. ENÉAS FARIA — V. Exa. me permite um aparte? (**Assentimento**).

Primeiro, eminente Deputado Paulo Camargo, para não deixar passar a oportunidade muito honrosa de tê-lo conosco na planície deste plenário pela primeira vez desde que aqui estamos, e poder dialogar no mesmo plano com V. Exa. E depois para conhecer de outros fatos que se devem informar a esta questão.

Anunciou a Mesa a existência de uma emenda a este projeto. Anuncia V. Exa. correspondência governamental. Parece-me que já se deu seguimento à intenção governamental, e a emenda deve se referir à pretensão do Exmo. Sr. Governador.

Indagaria a V. Exa., eminente Deputado, porque deve ser V. Exa. no trato com outro Poder, o Deputado melhor informado.

O SR. PAULO CAMARGO — Vou dizer, Sr. Presidente, porque eu estou apresentando esta emenda. Por uma razão muito simples: são dois signatários do projeto de resolução. Não estando um deles presentes, ficaria mal, que se desse a emenda ao líder da ARENA.

Por esta razão, a Presidência, quer dizer, o Deputado Paulo Camargo, no momento não Presidente, resolveu apresentar a emenda para não ferir susceptibilidade.

O SR. ENÉAS FARIA — Muito louvável, nobre Deputado.

Apenas gostaria de conhecer de V. Exa. por ser no trato com outro Poder, o Deputado melhor informado, se existe correspondência do Sr. Governador anterior, manifestando o desejo de que esta Casa propusesse a resolução que propos.

Se não correspondência, se houve manifestação verbal, se houve de qualquer maneira alguma insinuação governamental, no sentido de que a Casa desse acolhimento à pretensão.

O SR. PAULO CAMARGO — Eu vou responder.

Não houve evidentemente nenhuma manifestação por intermédio de ofício. Mas eu conversei com o Governador, mostrando a inferioridade em que estavam o Governador e Vice-Governador em relação aos outros altos cargos do Estado. Mostrando, que o Governador percebia menos que Juiz de Direito, que Desembargador, que alguns funcionários do Estado e muito menos que Deputado Estadual.

Então, não estava de acordo, com o padrão, com a altura do cargo, o vencimento.

O Governador me disse sempre que não queria, que não desejava que isso fosse feito. E foi isso aí, e esse projeto de resolução, foi decidido pelas duas bancadas, pelas duas lideranças, contra a vontade pelo menos, do Chefe do Poder Executivo.

Nós não nos preocupamos na ocasião, porque achávamos que não estávamos pretendendo elevar os subsídios do Sr. Jayme Canet Júnior. Mas, deixar os subsídios do Governador do Estado e do seu Vice-Governador num Estado, numa altura em que deveria estar.

Foi esta a opinião pelo menos dos dois líderes que parecem que reuniram as suas bancadas antes de apresentarem o projeto de resolução.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — V. Exa. permite um aparte? (**Assentimento**).

Eu, evidentemente, tendo me insurgido ontem estribando-me numa questão de interpretação do texto, que aprioristicamente, conforme ontem me defini, examinei a matéria do ponto de vista constitucional, e quero fazer de público aqui, uma reconsideração da minha interpretação.

Fico com o parecer do Deputado Accioly Neto, que defendeu com propriedade, desta tribuna, o ponto de vista expandido e exarado em parecer pela CCJ., buscando estribo constitucional para o projeto. Fico portanto com a reforma de minha interpretação, para estar com o parecer esposado pela Comissão. Muito obrigado.

O SR. PAULO CAMARGO — Cumprimento V. Exa., nobre Deputado Fidelcino Tolentino, por ter retificado sua posição. Mas, como disse, vim à tribuna para ler uma carta, sem comentários. E também para ler a emenda que foi elaborada e que diz: (Lê)

**“EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 102/76**

Art. 1.º - Fica atribuída ao Governador e Vice-Governador do Estado, a título de mordomia, ajuda de custo mensal de valor igual aos respectivos subsídios.

§ Único: A Ajuda de custo de que trata este artigo será devida a partir do próximo quadriênio e perdurará enquanto o Governador e o Vice-Governador não dispuserem de residência oficial.

Art. 2.º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Sala das Sessões, em 24 de junho de 1976.

(a) PAULO CAMARGO”.

É um substitutivo geral ao Projeto de Resolução n.º 102/76.

Com isso, me desincumbi, inclusive, do pedido do Sr. Governador que é, de fato, sincero, e para o qual S. Exa. pede, encarecidamente, a melhor atenção da Casa.

Era o que tinha a dizer. — (Sem revisão do orador)

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, peço a palavra, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Del Ciel). — A Presidência procederá a inscrição de V. Exa.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): “Tomado de tristeza, envergonhado pela falta de paranismo, revoltado com a injustiça que se comete contra a verdade dos fatos, inconformado com a versão do fato, mas tranqüilo com a consciência, subo à tribuna, nesta tarde de hoje.

Repilo as manchetes e a versão que “O ESTADO DO PARANÁ” e o vespertino a “TRIBUNA DO PARANÁ”, estamparam em primeira página, na data de hoje.

Faço-o estribado, não na emoção, mas na razão. Nada mais vejo nelas do que a má fé, maquiavelismo e não temo em atribuir aos mentores do mesmo que são seguidores de Voltaire: “Menti. menti e algo ficará”.

Repilo a manchete porque visa confundir a opinião pública.

Efetivamente, como a matéria foi posta, tem em mira visar o Líder, e, num conluio, somente possível em mentes poluídas, atribuir um conchavo entre o Governador e este Deputado, para melhorar os seus subsídios.

**É INVERDADE... É MENTIRA**

O Governador não tinha conhecimento. A sugestão partiu deste Poder, na pessoa do mui digno Presidente Paulo Camargo, que pediu às duas bancadas para estudarem o tema em apreço.

A opinião das bancadas foi expressa pelas lideranças que subscreveram o projeto de resolução que levou o número 102/76.

Repilo, portanto, com toda veemência, porque nada mais vejo do que parcialidade na notícia.

Se as duas lideranças assinaram o anteprojeto, por que se estampa a manchete de que o líder do Governo propõe a medida?

É triste, eu diria, muito triste, e rendo aqui minhas homenagens ao Deputado Deni Schwartz, quando afirma que o

Paraná somente sabe primar em ser mancheteado de forma negativa, sempre no sentido de atingir alguém, de diminuir e conspurcar sua honra.

Repilo os termos em que foi posto o problema perante a opinião pública, pelos veículos de comunicação do Sr. Paulo Pimentel.

Parece que é intencional criar um abismo entre o governo e o funcionalismo público, segundo diz a “Tribuna do Paraná”.

Nunca se olhou tanto pelo funcionário, quanto neste governo.

Foi neste governo que se atribuiu, sem a capa dos 10 por cento de abono para serem incorporados mais tarde, 20 por cento de aumento e se deu, pela primeira vez nos últimos anos, um aumento de 30 por cento, ao funcionalismo público que precisa ganhar mais e que o Governo estuda a possibilidade de dispendar mais recursos para melhorar os vencimentos dos funcionários.

“Repilo, portanto, a insinuação de que se queira dar ao Governador e Vice polpudos vencimentos.

Há funcionários que percebem mais do que o Governador.

Os Secretários de Estado, Diretores Gerais de Secretarias, mesmo funcionários desta Assembléia Legislativa, que percebem acima do teto percebido pelo Governador do Estado.

Saibam os Srs. Deputados e saiba a imprensa de que o Governador percebe líquido 18.196,46 centavos por mês. E o vice Governador percebe na ordem de 13 mil por mês.

E é bom que saibam igualmente que ele percebe menos do que ganha o Sr. Paulo Cruz Pimentel, cujo vencimento, recebido do Tesouro do Estado, se equipara aos vencimentos dos Srs. Desembargadores, de acordo com o que preceitua o artigo 147, da Constituição Estadual que diz: “Cessada a investidura no cargo de Governador, quem o tiver exercido em caráter permanente, fará jus, a título de representação, vedada a acumulação com qualquer outro rendimento de fonte pública, desde que não tenha sofrido suspensão dos direitos políticos, a um subsídio mensal e vitalício, igual ao vencimento do cargo de desembargador”.

Votamos aqui, há poucos dias, a mensagem que atribui aumento de vencimentos à magistratura e não vi o órgão de imprensa do ex-Governador gritando contra aquele aumento, naturalmente porque ele, Paulo Pimentel, se beneficiava diretamente por esse aumento e passou a perceber mais de 19 mil e quinhentos cruzeiros por mês, mais do que percebe o Governador em exercício.

E o Sr. Paulo Pimentel é o único a perceber, porque, malgrado a Constituição Federal dizer que aos ex-Presidentes se atribui vencimentos iguais aos dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, sem fazer menção à acumulação, a Constituição Estadual não permite a acumulação, e aqui se fez maldade, então, com o saudoso Governador Bento Munhoz da Rocha Netto e outros ex-governadores.

Revolta-me, revolta aos homens que prezam a justiça a maldade, a má fé, a intenção de desservir o Paraná, o tratamento que um órgão, ou melhor uma empresa concessionária, atribui às coisas de nossa terra.

É um desserviço que presta com mentiras, com inverdades. É competência...

O Sr. Leopoldo Jacomel — V. Exa. permite um aparte?

O SR. IVO THOMAZINI — Dou o aparte que quiserem e quantos quiserem, no momento em que terminar este meu raciocínio, perdoe-me o Deputado Leopoldo Jacomel.

Dizia que revolta a este Deputado o tratamento “que uma empresa concessionária, atribui às coisas de nossa terra.

É um desserviço que presta com mentiras, com inverdades.

É sabido que é competência do Poder Legislativo, conferido pela Constituição que nos levou a bancada da ARENA

e do MDB, a propor a resolução. Cientes da sua constitucionalidade, cientes da imperiosa necessidade para, pelo menos, dotar o Poder Executivo de iguais condições que dispõem os Governadores de outras unidades federativas que levou-nos a propor semelhante medida?

O Estado do Paraná é o único da unidade federativa que não dispõe de residência oficial para o Governador e para o Vice-Governador.

Quantas vezes é preciso que se afirme aqui que o Governador tem que recepcionar em sua residência o Ministro de Estado, a sua comitiva com jantar, com almoço, com chá, uma recepção qualquer às custas dos minguados 18 mil cruzeiros que percebe.

É uma maldade que se faz aquele que, eventualmente, ocupa o cargo de Governador do Estado.

Sabemos todos os escrúpulos que o Sr. Governador Jayme Canet tem em aplicar bem o dinheiro público e não pediu tanto assim que em carta dirigida ao Presidente deste Poder, muito embora conheça da justeza da medida proposta, solicita que a sua vigência seja a partir de 15 de março de 1979, excluindo-se, não do benefício, mas da justiça que constitucionalmente em tão boa hora esta Casa resolveu, legislando, atribuir a ele o seu Vice-Governador.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, "repilo a imagem que alguém que já foi Governador, que buscou formar uma imagem de 2.º Estado da Federação do Paraná, agora detentor de poderes de informar e formar a opinião pública ouse denegrir, ouse deformar, ouse confundir a opinião pública, ouse, novamente, desvestir a camisa de paranaense e, novamente, atirar o demagógico chapéu de palha no rosto do Paraná, para servir aos seus interesses particulares.

Repilo a ousadia de assacar contra um Governador que nem sequer usa de seus modestos subsídios em seu proveito, porque sabemos, não por informação prestada por ele, de que os doa aos mais necessitados e para provar que isto é verdade, em carta dirigida à Presidência deste Poder, e que já foi lida desta tribuna, solicita que esta Casa emenda a proposição, para permitir a sua vigência a partir do próximo quadriênio governamental. Para que não paire nenhuma dúvida Sr. Presidente, Senhores Deputados, eu havia elaborado também uma emenda substitutiva, onde solicitava que se substitua no artigo 1.º pelo seguinte "Fica atribuída ao Governo e Vice-Governador do Estado - e eu acrescento estas expressões - a partir de 15 de março de 1978..." e continuaria a mesma redação que o projeto original mantém.

Sei, Sr. Presidente, que a ausência do Sr. Deputado Líder da bancada do MDB não me faculta o direito de apresentar a emenda, porque comigo S. Exa. subscreveu o Projeto 102.

Do contrário, solicitaria a S. Exa. que subscrevesse a emenda para que, apresentada, pudesse demonstrar que não houve, não haverá jamais da parte do Governo Jayme Canet Júnior, nenhuma intenção de se ver financeiramente favorecido pelo exercício do cargo que com tanta altivez exerce à frente do Executivo estadual.

Com estas palavras, Sr. Presidente, Srs. Deputados, encerro a minha passagem pela tribuna de hoje, que confesso não foi nada agradável, mas fazia-se necessário, Sr. Presidente, porque sei que a palavra de Coltaire fica, embora injustamente, na opinião pública.

E, por dentro, confesso, Sr. Presidente, estou chorando de amargura por me referir a um companheiro de partido da forma que sou forçado a fazê-lo, para poder estar em paz com minha consciência.

Por ter que me referir a uma liderança do meu partido, da forma que eu fiz.

Mas, se assim não procedesse por certo não estaria em paz comigo mesmo, porque se dele recebi prestígio e ajuda, a ele ofereci e dei muito de meu trabalho, do meu sacrifício em favor

das causas que, juntos, abraçávamos, quando trilhávamos os mesmos caminhos que o levaram ao Governo do Estado.

Parece-me, Sr. Presidente, que em política a história se repete: já em 67, usava eu da tribuna deste Poder Legislativo, para me confessar, na época, desiludido por haver acreditado na pregação de quem não a soube cumprir e, hoje, desço desta tribuna, eu sei que talvez diminuído perante as duas representações aqui representadas, porque era de se esperar quem sabe, maior senso de responsabilidade, maior tranquilidade de quem se preza e está liderando uma bancada valorosa igual à minha, mas é compreensível também, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que nos tomemos de revolta, quando se procura de maneira tão solerte na opinião pública, identificar a pessoa a fatos, quando destorcida a personalidade de um, e destorcidos os objetivos na versão dos fatos.

Concedo o aparte ao eminente Deputado Leopoldo Jacomel se ainda deseja usar da prerrogativa de aparte.

O Sr. Leopoldo Jacomel — Nobre Deputado Ivo Thomazoni.

Inicialmente quero agradecer o aparte que V. Exa. me concede.

Quero inicialmente solidarizar-me com V. Exa. pela brilhante oração que fez desta tribuna na tarde de hoje.

Estranho, todavia, nobre Deputado Ivo Thomazoni, quando V. Exa. se manifesta desta maneira.

É estranhável pelo seguinte: porque V. Exa., como nós outros e tantos companheiros do passado, tiveram oportunidade de sentir aquilo que estamos sentindo hoje, já quando apoiávamos o Governo passado de Paulo Pimentel nesta Casa.

É testemunha disso V. Exa., quando cita agora, que em 1967 já se manifestava desiludido.

Comentava hoje, quando li a manchete, lamentável manchete editada no jornal "O ESTADO DO PARANÁ", porque conhecia perfeitamente e transmiti a alguns amigos meus, inclusive, alguns fregueses, que V. Exa. não era o autor do projeto, que não era só V. Exa. o autor.

E que havia, realmente, maldade da parte do jornal "O ESTADO DO PARANÁ", não sei se por determinação do seu proprietário Paulo Pimentel ou da própria empresa oficial daquele órgão.

Mas, lamento profundamente, que V. Exa., que tanto tempo serviu, como nós outros repito, as causas do Paraná na defesa da candidatura de Paulo Pimentel, esteja, hoje, nessa tribuna, dizendo a verdade, tão somente a verdade.

Muito obrigado pelo aparte.

O SR. IVO THOMAZONI — Agradeço a solidariedade de vosso aparte e peço a Deus que não tenha que voltar a esta tribuna, para sempre procurar desmentir inverdades.

Foi o mesmo jornal que, referindo-se ao ex-Governador Haroldo Leon Peres, de triste memória, atribuiu a mim o exercício da liderança do curto período governamental daquele Governador, quando todos sabem isto não ser verdade; e que dizia numa notícia repassada ao jornal "O ESTADO DE SÃO PAULO", havia iniciado eu a minha carreira de homem público sob os auspícios e ajuda do ex-Governador Paulo Pimentel, quando todos sabem, quando ele surgiu no panorama político do Paraná, eu já havia sido derrotado e já havia sido eleito Prefeito Municipal de Pato Branco.

Quando se procura sempre diminuir aqueles que sempre souberam servir com lealdade, é de se esperar que haja sempre uma reação pronta.

Se hoje, a minha não foi a mais ética, por haver feito o pronunciamento que fiz, as opiniões que expendi na ausência de S. Exa., eu me permito dizer que sempre também sou objeto de críticas e comentários de seu canal de televisão e objeto de notícias destorcidas pelos seus jornais, sem que nunca tenha sido me dada a consideração de uma consulta prévia para constatação da veracidade do que se divulga para quem está procurando diminuir o pouco de valor que ainda



nos resta de político representante de uma rica e próspera região deste Estado.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Del Ciel) — Com a palavra o Sr. Deputado Enéas Faria.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Del Ciel) — Pela ordem, o eminente Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, o Projeto de Resolução 102/76, foi subscrito pelo Sr. Deputado Osvaldo Macedo na condição de Líder do MDB e, conseqüentemente, representava a bancada do MDB, nesta Assembléia. Tal posição foi fixada por deliberação da reunião da bancada.

A emenda agora apresentada, acreditamos nós, venha a trazer alterações profundas na matéria.

Diante disso, com fundamento no artigo 151, § 4.º, do Regimento Interno, por constituir matéria nova, e a liderança, pela ausência do Deputado Osvaldo Macedo, necessita de rever ou de estudar melhor a matéria nova que ora se apresenta.

Diante disso, solicita a suspensão dos trabalhos por dez minutos, a fim de que a bancada do MDB possa se posicionar perante a matéria nova apresentada neste instante.—

(Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Del Ciel) — Esta Presidência, atendendo a questão de ordem do eminente Deputado Nilso Sguarezi, suspende os trabalhos às 16,20 horas, programando a reabertura dos trabalhos para após dez minutos, às 16,30 horas.

(É SUSPENSA A SESSÃO).

O SR. PRESIDENTE (Del Ciel) — Reabertos os trabalhos da presente sessão, confiamos a Presidência ao Sr. Deputado Paulo Camargo, Presidente deste Legislativo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Concedo a palavra, para uma questão de ordem, ao sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A bancada do MDB fixa a sua posição em relação às emendas apresentadas pelo eminente Presidente da Casa, Deputado Paulo Camargo, pelo eminente Líder do Governo, Ivo Thomazoni; a bancada do MDB fixa-se em torno do projeto original.

E o faz, baseada nas razões que a levaram a propor a esta Casa e a este Poder, o presente plano de lei.

Isto, por entender, de que ele se reveste da mais inteira justiça; por entender de que não poderemos, sem estarmos caindo em contradição, aprovarmos um plano de lei agora, para entrar em vigor em 1978.

Se resolvemos e entendemos de que o plano de lei é justo, nada poderá alterar este entendimento, e diante desta evidência, porque a lei deve ser aplicada no tempo.

É um dos requisitos básicos que o legislador deve ter, e não se afastar deste pressuposto fundamental de uma lei, dela ter o seu cabimento, a sua validade, e em determinado tempo.

Quais as razões que nos levam a acreditar que daqui a dois anos, tenha o presente projeto de lei, as mesmas razões e os mesmos motivos que justificam hoje?

Portanto, o MDB, Sr. Presidente, fixa-se em torno do projeto original, por entender que ele tem procedimento, por entender que ele é justo.

E assim sendo, o voto dos representantes do MDB, nesta Casa, é contra as emendas ora apresentadas por serem extemporâneas, por alterarem profundamente esse plano de lei.

Diante disso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, convocamos, novamente, os eminentes Deputados da ARENA, para que, dentro do seu alto entendimento, objetivando e pensando bem que, neste momento, representamos um dos Poderes do Estado, tenhamos em mente que a soberania, a autonomia, a consciência e a seriedade deste Poder, não pode se vergar a

injunções outras, em 24 horas, sejam quais forem as razões, extra-parlamentares, extra-legais, de ordem eminentemente políticas, ou até de divergências pessoais, um Poder não pode se marginalizar em torno de tais razões.

Mas, sim, conduzir-se dentro daquele ciclo de autonomia, seriedade, que se reveste.

Mas, que tenhamos o respeito popular e também a coragem de enfrentar até interpretações outras.

A posição do Movimento Democrático Brasileiro é em torno do projeto.

O Sr. Dácio Leonel.— V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado, apenas não solicitei antes este aparte porque estava aguardando que V. Exa. concluísse seu raciocínio.

Mas, devo dizer, Sr. Deputado, que a sua presença nesta tribuna, e o conhecimento que traz à Casa, da posição tomada pela respeitável bancada do MDB, é uma posição que, indiscutivelmente, só pode merecer nosso aplauso, pelas razões alinhadas por V. Exa. nesta tribuna.

É uma demonstração, Sr. Deputado, que só engrandeca este Poder.

Dá uma demonstração de um pensamento que, efetivamente, seria de se esperar do legislador que busca independência, que busca decidir por si mesmo.

Nestas condições, sem aduzir outras razões, porque as que V. Exa. expendeu desta tribuna, caracterizam, numa síntese, aquilo que se poderia dizer da matéria, em se tratando de problema que não tem questão fechada na bancada, quero dizer que me congratulo com V. Exa., com a bancada do MDB.

Essa também será a minha posição.

E também espero que meus companheiros de bancada entendam essa magnífica demonstração da posição do MDB, e que possamos, assim, acompanhar também, na hora da votação.

Muito obrigado.

O SR. NILSO SGUAREZI — Agradeço o aparte de V. Exa.

Para finalizar, devo dizer, eminente Deputado Dácio Leonel, que quando da reunião que decidi apoiar a matéria, por solicitação da Presidência desta Casa, numa reunião, inclusive, em que participaram as duas bancadas, a Presidência da Assembléia alinhava as razões de que a competência seria da Assembléia Legislativa propor esta lei, o MDB nesta discussão, muitos Deputados expondo seu ponto de vista, disseram que não deveríamos ver se hoje o Governador é A ou B, mais é uma lei que visa proteger a função, o cargo, não nomes.

Então, em virtude disso, nossa posição foi totalmente impessoal e, por ser impessoal, é que ela vai continuar com o projeto de lei.— (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Pelo que se observa, a totalidade deste Parlamento votará pelo Projeto de Lei que foi apresentado, numa demonstração de que os homens públicos que aqui exercem a função de representar o governo ou não, em absoluto não poderão participar das brigas ou indisposições que por ventura tenham gerado descontentamento na área antagônica do próprio Governador.

O importante desta tomada de posição, a nosso ver, é que este Parlamento dê demonstração de sua qualidade magistral, em não votar uma lei para o espaço e sim para o tempo.

Seria absurdo, data vênua, votarmos nesta oportunidade uma emenda a esse projeto de lei, quando está na sua 3.ª votação, portanto está a configuração do incorporamento legal, para se tomar lei vigente.

O que vimos aqui, entendemos, que é o ponto de partida

para o caminho da justiça que sempre pedimos, porque não se está votando subsídios ou aumento de subsídios para o Sr. Governador.

Estamos votando, reestruturando vencimentos para o Governador do Paraná.

E se houve manifestação da imprensa antagônica ao Sr. Governador do Estado, naturalmente cívica de razões profundas e que aguardava certamente a oportunidade como esta, para exercer sua atividade de imprensa com liberdade, até de condenar os erros cometidos pelo próprio Sr. Governador do Estado, que veio de encaminhar um expediente ao Sr. Presidente desta Casa, pedindo que se apresentasse uma emenda complementar a este projeto, depois de uma tramitação de quase quinze ou mais dias, em razão de ter passado pelas Comissões Técnicas.

É verdade que o Líder do Governo tem suas razões e seus motivos de vir se queixar dos dispositivos de imprensa que o manchetearam de uma forma que ele sentiu.

Entretanto, é direito da imprensa usar das verdades no instante em que elas aparecem.

Infeliz foi o Sr. Governador ao encaminhar este expediente, datado de hoje, quando o processo deste projeto de lei já estava quase no fim nesta Casa, portanto estava praticamente, transformado em lei.

A medida foi de alta justiça.

Acredito que este seja o ponto de partida para a revisão dos vencimentos do funcionalismo público do Paraná.

Quando se fala aqui que este Governo tem agido com justiça com o funcionalismo público, contrariamos e combatemos porque, pelo menos, até 15 de maio deste ano milhares de funcionários públicos de Departamentos deste Estado não tinham recebido os 30 por cento de aumento que havia sido autorizado por lei.

Não há nada de mal que o Sr. Paulo Pimentel receba vencimentos previstos na Constituição.

Naturalmente o Sr. Jayme Canet, também passará a receber depois que deixar o Governo.

"Duralex, sede lex", o que é lei é lei.

Não seria este o fato contundente que justificasse algum motivo de sensibilidade.

O importante é que se discuta nesta Casa o direito e se aceite simplesmente o direito como força de expressão de nossa representação.

O Sr. Ivo Thomazoni — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Confesso que não desejava, absolutamente, contestar V. Exa.

Ocorre que o nobre Deputado não entendeu o meu discurso e a maioria do que disse estava escrito.

Ao fazer referência aos subsídios do Governador do Estado fiz menção aos subsídios percebidos pelo ex-Governador, significando que o ex-Governador, afastado do cargo, está percebendo soma superior àquela que percebe o Governador em exercício.

Não disse e não pretendi, nem de leve, afirmar que o recebimento do equivalente aos vencimentos de Desembargador pelo ex-Governador não sejam pagos com toda a justiça.

Acho que é de justiça que receba.

Não tive a intenção de invalidar esta prática, porque votei aprovando essa emenda constitucional.

Então, para que V. Exa. faça justiça por favor, fiz menção a que o atual Governador percebe menos que o ex-Governador, o inativo percebe mais do que aquele que está em atividade.

Disse isso para justificar que, realmente, os vencimentos do Governador do Estado estão muito aquém do que era de se esperar.

O SR. LÚCIO MACHADO — Realmente, nobre Deputado

Ivo Thomazoni, bem por isto mesmo a nossa bancada entendeu que este projeto de lei deve ser votado em sua íntegra,

como foi apresentado. É uma medida de justiça porque o Governo do Estado, que responde pela obrigação de uma representação social realmente cara, não poderá estar fadado ao vencimento que caracteriza a injustiça.

Gostaria, apenas, de dizer que não justificaria a sua observação de que o Sr. Paulo Pimentel está recebendo aquilo que outros Governadores não receberam, e não complementar, afirmando que o atual Governador irá receber como ele está recebendo.

Desta forma, se manifestação do dispositivo de imprensa do Sr. Paulo Pimentel fez observação sobre fato que corresponde ao Projeto de Lei n.º 102/76 prestou, acima de tudo, um grande serviço a este Parlamentar porque se assim não fosse, este Parlamento poderia até entender que poderia votar a emenda recentemente apresentada sem temer, é evidente, os mancheteados dos jornais quando atacam o Poder.

Nós temos que entender que acima de tudo, estas manchetes muitas e muitas vezes vêm avivar os nossos sentimentos e as nossas condições de legislador para que não cometamos o erro de aprovar uma lei no presente, para deixá-la no espaço e aplicá-la no futuro.

Sou, Sr. Presidente, Srs. Deputados pela minha bancada, pela aprovação da lei na sua íntegra.

Muito obrigado.—(Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Encerrada a discussão em votação a emenda substitutiva.

O SR. TRAJANO BASTOS — Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Tem a palavra para encaminhar a votação, o nobre Deputado Trajano Bastos.

O SR. TRAJANO BASTOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Eu não poderia simplesmente ratificar na tarde de hoje uma posição já por mim tomada em duas sessões que antecederam a esta, sem dizer as razões que me levam a tomar tal posição.

Quando deu entrada o projeto de resolução que ora se discute, votamos duas vezes favorável ao mesmo, porque entendíamos justo, legítimo e legal.

Não votamos favoravelmente para sermos agradáveis à pessoa do Sr. Jayme Canet Júnior.

Votamos uma medida de justiça que beneficiaria o atual Governo e os outros que o sucederem.

Só temos a lamentar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a inabilidade do Sr. Governador do Estado colocando esta Assembléia em xeque, esta é a verdade; procurando se imiscuir em assuntos que são da competência deste Legislativo.

Não caberia a S. Exa. muito menos nesta oportunidade. Sr. Presidente, oportunidade infeliz repito, porque oportunidade teve S. Exa. o Governador do Estado em repelir a decisão do Legislativo, procurar fazer com que o Legislativo não votasse uma coisa que ele não queria.

Teve a oportunidade de procurar V. Exa., Sr. Presidente, e solicitar a V. Exa. que fizesse, retirar da pauta dos trabalhos, este projeto que ora se discute.

Teria a oportunidade de ter solicitado ao seu líder nesta Casa, o Deputado Ivo Thomazoni.

Não esperando a terceira discussão deste projeto numa infeliz coincidência, coincidência esta que traz nos jornais de hoje uma manchete criticando indiretamente o Sr. Governador.

Agora eu pergunto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, como ficaria esta Assembléia se votássemos favoravelmente a uma emenda que presente modificar profundamente o projeto original?

Esta é a dúvida que me assalta, Sr. Presidente, e repito, tivesse o Sr. Governador - desculpe-me o juízo - pretendido caracterizar a sua vontade em não pretender o auxílio de mordomia, porque S. Exa. não necessita ou não precisa, não seria através de expediente oficial ou de carta dirigida ao Presidente desta Casa. Teria ele oportunidade, Sr. Presidente, de procurá-lo.

ou de procurar o Líder do Governo, pedindo a retirada, e expondo a sua justa razão, se é que ele as tem.

O que eu não posso aceitar é que, de fruto de uma briga pessoal e desentendimento político, procure colocar este poder numa posição indesejável.

Ao fazer a minha declaração de voto, Sr. Presidente, quero deixar bem clara a minha posição de votar pelo projeto original pelas razões que expus, de que não aceito e não posso aceitar as razões expressas na carta que o Sr. Governador dirigiu a V. Exa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — Em votação.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE — Para encaminhar a votação, com a palavra o Sr. Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Serei breve. Tenho muito respeito pelo Deputado Trajano Bastos.

Há só, Sr. Presidente, um registro a fazer.

Sempre consideramos, Sr. Presidente, este Poder como um Poder independente, e jamais nos atrelamos aqueles que consideram este Poder uma filial do Poder Executivo.

Realmente, é possível que esta liderança tenha falhado em não levar ao conhecimento do Sr. Governador da existência deste plano de lei nesta Casa.

Mas, Sr. Presidente, à hora de se decidir, e no instante em que este plano de lei veio para a Ordem do Dia, o Sr. Governador não tinha sequer condições emocionais para estar no Palácio despachando, porque estava - e todo o Paraná é testemunha - com a senhora sua mãe hospitalizada e que, infelizmente, veio a falecer, e o Governador do Estado estava assistindo aos seus familiares como bom filho, bom esposo, bom chefe de família.

Não era e talvez nem seria oportuno, Sr. Presidente, que levássemos a S. Exa. problemas desta ordem, desta natureza.

Se ele tomou conhecimento da existência deste plano de lei na Ordem do Dia foi através das manchetes que hoje - a estampar em alguns jornais desta Capital.

E, quando S. Exa. se dirige à Presidência desta Casa, ele o faz da maneira mais respeitosa que alguém poderia se dirigir a este Poder.

É verdade que ele entende a iniciativa e a resolução de matéria dessa natureza como competência exclusiva e privativa do Poder Legislativo - é ele que o afirma.

Mas, é evidente, segundo ele próprio afirma, que a sua aplicação diz respeito diretamente ao interesse pessoal dos titulares dos cargos alcançados pelos efeitos desta lei e sugeriu de forma muito respeitosa a medida.

Não houve, em nenhum instante, da parte do Sr. Governador do Estado, a mais leve pretensão de ferir a autonomia deste Poder, pelo contrário, sugere tão somente que os efeitos da lei beneficiem o seu sucessor.

Quero acreditar, Sr. Presidente, que propondo esta medida, ele dá a medida do seu despreendimento e nenhum outro objetivo pretendeu alcançar que não fosse o da preservação da autonomia do Poder Legislativo.

E eu me valho da oportunidade para cumprimentar a valorosa bancada do Movimento Democrático Brasileiro, pela decisão adotada, e me confesso, Sr. Presidente, um aliado, hoje, da tese do MDB, pois votarei com a tese esposada pelo Movimento Democrático Brasileiro.

O SR. PRESIDENTE — Em votação.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra o Sr. Deputado Deni Schartz, para encaminhar à votação.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Vivemos nós, no Brasil, brigando por liberdade de imprensa. E, talvez, a manifestação da imprensa hoje, seja até um indício desta autonomia da imprensa.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós queríamos, nesta oportunidade, apelar à imprensa do Paraná, que entenda esta Assembléia e entenda, porque diversas outras manifestações, em relação ao mesmo assunto já tivemos nesta Casa.

Algum tempo atrás, o ilustre Deputado Maurício Frueh apresentava o projeto de lei, dispondo e dando aos Prefeitos Municipais deste Estado, vencimentos condizentes.

Há cerca de dez dias, tive a honra de ocupar a tribuna desta Casa para dizer da quase impossibilidade de sobrevivência do Prefeito com os parcos vencimentos.

Votamos aqui, nesta Casa, vencimentos para desembargadores, juizes, promotores, para conselheiros do Tribunal de Contas.

E, se analisarmos bem todo este tumulto em torno daquela que é, indiscutivelmente, a pessoa com as maiores responsabilidades dentro do Estado, nós veremos que, talvez, por culpa nossa, da Assembléia, de nós Deputados, eu que tenho a honra de partilhar com o nobre Líder do Governo de uma região; no Sudoeste, onde é um terrível adversário, quero dizer que o Deputado Ivo Thomazoni, foi mal interpretado quando, na verdade, se culpa existe, existe de todos nós.

Por isso eu apelo à imprensa que, com a liberdade que deve caracterizá-la, critique os atos, mas não as pessoas.

(Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Tem a palavra, para encaminhamento de votação, o Sr. Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Apenas para fazer um registro que acho oportuno e para dizer da importância da imprensa no Estado, em todo Brasil, que ela influi sobre os indivíduos e sobre os Poderes.

Vejam o espetáculo, nesta tarde.

Quanta matéria de maior relevância, como esta que estamos apreciando, foram votadas por esta Casa, sem que se desse tamanha importância, sem que se reunissem tantos Deputados e sem que tantos deles fossem à tribuna.

Leva o Líder do Governo à tribuna, para prestar um esclarecimento público, de uma posição que não havia tomado, conforme o jornal "O ESTADO DO PARANÁ" noticiou, amplamente, hoje,

E devia fazê-lo, porque ficou público no Estado que, isoladamente havia tomado uma posição e uma iniciativa contrária aos interesses do Estado, quando assinara com ele, o projeto de resolução, com S. Exa., o ilustre Líder da bancada do MDB.

E o Sr. Presidente desta Casa nos colocou a todos, bem informados, dos motivos que justificam muito bem a iniciativa do Projeto de Resolução 102/76.

Consegue ainda que, motivado por Expediente de S. Exa., o Sr. Governador, o Presidente do Poder Legislativo assine e encaminhe emenda sobre o presente projeto.

Não bastasse isso, no encaminhamento da discussão e votação dessa resolução, a bancada do MDB, solicita suspensão dos trabalhos, que lhe é concedido, para uma tomada de posição com relação a esse projeto.

Vejam V. Exa. Sr. Presidente, Srs. Deputados, se não era necessário o registro que fazemos, da importância que tem, que existe, da imprensa em todo o território e muito especialmente aqui, no caso, do Estado do Paraná, para que oxalá não aconteça em outras ocasiões e que notícias com objetivos outros não atinjam parlamentares, como é o caso de Ivo Thomazoni hoje, que levou a esclarecimento público e devia fazê-lo e o fez bem, da tribuna, para conhecimento do Paraná.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Em votação.

Os Senhores Deputados que aprovam a emenda substitutiva, queiram permanecer como estão.— **REJEITADA.** Em votação o projeto.— **APROVADO**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — DO Projeto de Lei 117/64, oriundo da mensagem 45/74, do Poder Executivo, objetivando doar ao município de Paranaguá, o lote de terreno urbano, situado na referida cidade conforme específica, Pareceres **favoráveis** da CCJ., CF. e CTIC., por unanimidade.— **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 14/76, de autoria do Deputado Maurício Fruet, que autoriza o Poder Executivo denominar de Júlio Maria Pedroso de Moraes, um prédio público estadual localizado no município de Curitiba. Parecer **favorável** da CCJ., por unanimidade.— **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 60/76, de autoria do Deputado Lázaro Dumont, que declara de utilidade pública a Casa da Amizade das Senhoras de Rotarianos de Mandaguari. Parecer **favorável** da CCJ., por unanimidade.— **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 64/76, de autoria do Deputado Lázaro Dumont, que declara de utilidade pública a Casa Mater Beneficência de Abrigo ao Menor, com sede e foro nesta Capital. Parecer **favorável** da CCJ., por unanimidade.— **Aprovado.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 65/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 115/76, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Loanda, objetivando execução de Obras de Combate à Erosão Urbana, na sede do referido município. Parecer **favorável** da CCJ., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 76/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 69/76, que aprova Termo de Ajuste celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, a Secretaria Especial do Meio Ambiente e a Administração de Recursos Hídricos, objetivando implantar um Sistema de Cooperação Técnica entre a "SEMA" e "ARH". Parecer **favorável** da CCJ., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 94/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 77/76, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Terra Roxa, objetivando execução de obras de Combate à Erosão Urbana, na sede do referido município. Parecer **favorável** da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 66/76, de autoria do Deputado Accioly Neto, elevando para quinze (15), o número de Vereadores da Câmara Municipal de Cascavel. Parecer **favorável** da CCJ., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.— Em discussão.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) Está V. Exa. com a palavra, para discutir.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Por uma questão de ética eu ontem deixei e até invoco a presença do Deputado Accioly Neto, que não consta da Ordem do Dia que este projeto seja também de nossa autoria, porquanto encontra-se no bojo do processamento deste projeto, um projeto de lei também de nossa lavra.

E para não ter matéria correlata com este, foi de pleno acordo com o Deputado Accioly Neto, que nós subscrevemos, o de sua autoria, e propusemos o nosso como subsídio e até como sugestão ao aperfeiçoamento daquele que por ele fora inicialmente apresentado.

Então, lamentando este equívoco, já pela segunda vez, de quem prepara a matéria da Ordem do Dia, por omitir não por vaidade, mas por uma questão de justiça, por uma questão de direito até, não consta do bojo deste papel que anuncia a Ordem do Dia, o nosso nome.

Eu invoco o testemunho do Deputado Accioly Neto, ocasião em que eu presidia a esta Casa, quando foi apresentado este projeto e o meu também que seria naquele momento, apresentado.

Então, lamentando mais esta falha dos trabalhos neste particular é que eu venho pedir a V. Exa., que fatos como estes, não ocorram para evitar que distorções e que se também, por motivos éticos, tenha que se suportar determinadas injunções como estas.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Proceda a questão de ordem de V. Exa. e a Presidência determina, que a falha seja corrigida.

Já aconteceu isso na ocasião da 3.<sup>a</sup> discussão do Projeto de Lei 102/76, onde consta que apenas ao Deputado Ivo Thomazoni, é atribuído aquele projeto de resolução, ainda há pouco discutido.

E se repete novamente aqui neste projeto, quando V. Exa. também o subscreveu.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Uma outra questão de Ordem, Sr. Presidente.

Quero aproveitar, já que se trata de um problema de ordem interna, os serviços da Casa deixam muito a desejar, principalmente, na questão do elevador, a falta de respeitabilidade com as autoridades, não só com os Deputados que o são, mas com outras autoridades que eu tenho percebido na portaria do edifício desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Será anotado.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 97/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 177/76, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e a Prefeitura Municipal de Cambé, visando a regularização e implantação dos Serviços de Segurança contra incêndios, e a prestação de socorros públicos na área do referido município. Parecer **favorável** da CCJ., por unanimidade.— **Aprovado.**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA Projeto de Resolução N.º 97/76.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º - Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e a Prefeitura Municipal de Cambé, visando a regularização e implantação dos Serviços de Segurança contra incêndios, e a prestação dos Serviços de Segurança contra incêndios, e a presbé.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 4 de maio de 1976.

(a) Accioly Neto, Presidente e Relator.

Comissão de Constituição e Justiça

## Parecer à Proposição N.º 177/76.

Tem por objetivo a presente Proposição, oriunda da Mensagem Governamental 44/76, o referendo desta Assembléia Legislativa ao Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e a Prefeitura Municipal de Cambé, visando a regularização e a implantação dos serviços de segurança contra incêndio, e a prestação de socorros na área do Município de Cambé.

Constitucionalmente, é de competência do Chefe do Poder Executivo Estadual, (inciso IX — do Art. 47) a celebração de convênios com os Municípios, “ad-referendum” desta Assembléia Legislativa.

Analisando-se os Termos do Convênio celebrado, temos que o mesmo visa dotar o progressista Município de Cambé com condições adequadas a fim e implantar um eficiente serviço de Segurança contra incêndios, e a prestação de socorros públicos na área Municipal. Pelas cláusulas do Convênio assinado, haverá o comprometimento tanto do Governo Estadual quando do Governo Municipal, para que haja a manutenção permanente e em perfeitas condições de funcionamento todos os mecanismos, quer materiais, quer de pessoal.

Assim sendo, temos que o aludido Convênio vem de encontro aos altos interesses da Comunidade de Cambé, bem como aos do Estado.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação, na forma do Projeto de Resolução que apresentamos em anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04 de maio de 1976.

(a) Accioly Neto, Presidente e Relator.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 100/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 175/76, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Apucarana, visando implantação dos Serviços de Prevenção, Combate a Incêndios, Busca e Salvamento e outras calamidades, na área do referido município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. **Aprovado.**

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Resolução N.º 100/76.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

R E S O L V E:

Art. 1.º - Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de Apucarana, visando a implantação dos serviços de Prevenção, Combate a Incêndios, Busca e Salvamento e outras Calamidades, na área do referido município.

Art. 2.º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19 de maio de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Dácio Leonel, Relator.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Proposição 175/76.

A presente Proposição 175/76, oriunda de Mensagem Governamental 44/76, visa o referendo desta Assembléia ao Convênio celebrado entre o Estado e o município de Apucarana, visando a implantação dos serviços de prevenção, combate a incêndios, busca e salvamento e outras calamidades, na área do referido município.

Constitucionalmente, é de competência do Chefe do Poder Executivo a celebração de convênios “ad-referendo” desta Assembléia Legislativa.

Analisando-se os termos do Convênio, temos que o mesmo visa atender aos interesses do Estado e de toda a comunidade de Apucarana.

Assim, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela

sua aprovação, nos termos do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 19 de maio de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Dácio Leonel, Relator.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 101/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 176/76, que aprova o Convênio celebrado pelo Governo do Estado, com o município de Umuarama, objetivando a Implantação dos Serviços de Prevenção Combate a Incêndio, Busca e Salvamento e outras calamidades, na sede do referido município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 101/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º — Fica aprovado o Convênio celebrado pelo Governo do Estado, com o Município de Umuarama, objetivando a implantação dos serviços de Prevenção, Combate a Incêndio, Busca e Salvamento e outras calamidades, na sede do referido Município.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19 de maio de 1976.

aa) Accioly Neto, Presidente; Lineu Turra, Relator.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER À PROPOSIÇÃO 176/76

Acompanhado de Mensagem Governamental número 44/76, de 22 de abril de 1976, é encaminhado à apreciação desta Casa, Convênio celebrado pelo Governo do Estado com o Município de Umuarama, objetivando a implantação dos serviços de Prevenção, Combate a Incêndio, Busca e Salvamento, e outras calamidades, na sede do referido Município.

Cumpra o Sr. Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os Municípios, necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 19 de maio de 1976.

aa) Accioly Neto, Presidente; Lineu Turra, Relator.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Esta Presidência convoca para o dia de amanhã, após a sessão plenária, uma reunião das duas bancadas, para tratar de assuntos de interesse das bancadas, e, principalmente, dos Srs. Deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Francisco Escorsin, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Antenor Henrique Monteiro. **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Dal'Oglio, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que autorize à TELEPAR, efetuar melhorias no funcionamento dos serviços telefônicos em Toledo. — **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Dal'Oglio, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que autorize ao DETRAN a instalação de uma CIRETRAN no município de Toledo. — **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Ministro dos Transportes e Diretor do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, sugerindo a construção de viadutos na BR 116, na parte que liga à estrada de Paranaguá, e São José dos Pinhais. — **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando seja oficiado à Secretaria dos Transportes e à Capitania dos Portos do Rio Paraná, denunciando os péssimos serviços prestados e as abusivas taxas cobradas pelos proprietários de balsas, nas travessias dos Rio Paraná, Piquiri e outros. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara lido da tribuna, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Delegado Regional do Trabalho, no sentido de constatação do direito de assalariados que trabalham na firma "SERTEP", Serviços Técnicos de Engenharia e Petróleo, "SOCOTAN", e outras, no Porto de Paranaguá, que perceberem riscos de vida e insalubridade em decorrência dos serviços que prestam em área de inflamáveis. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antonio Facci, constante do expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que determine estudos e a respectiva concorrência pública, para a exploração dos serviços de transportes coletivos intermunicipais entre Maringá e o distrito de Sarandi ( Marialva). — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Del Ciel, constante do expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, no sentido de determinar providências para a instalação de uma escola agrícola em Telêmaco Borba. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente da República, no sentido de que sejam atendidas as reivindicações solicitadas pelos municípios paranaenses no seu último Congresso realizado em Foz do Iguaçu. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel lido da tribuna, solicitando voto de louvor e congratulações ao Sr. Dr. Ascânio Miró Medeiros, Diretor do Departamento de Trânsito, por haver gestionado com sucesso junto à Universidade de Londrina, para instalação de postos fixos em Santo Antonio da Platina e Jacarezinho, permitindo a realização de exames de sanidade física e mental, bem como, psicotécnico do DETRAN. — APROVADO.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 25, sexta-feira, às 10,00 horas, com a Ordem do Dia já anunciada anteriormente.

Levanta-se a Sessão.

## ATA DE COMISSÃO:

CPI — PARA INVESTIGAR AS DESPESAS EFETUADAS PELO GOVERNO DO ESTADO, ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA, COM DIVULGAÇÃO E PUBLICIDADE.

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 24 DE JUNHO DE 1976.

Às nove horas e quarenta minutos, do dia vinte e quatro de junho de hum mil novecentos e setenta e seis, na Sala de Reuniões das Comissões Técnicas do Palácio "Dezenove de Dezembro", sob a presidência do Sr. Deputado Dácio Leonel de Quadros, e presentes os Srs. Deputados Ivo Thomazoni, Basílio Zanusso, Deni Lineu Schwartz, Trajano Bastos e Waldenício Barbalho, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito, para investigar as despesas efetuadas pelo Governo do Estado, Administração Direta e Indireta, com divulgação e publicidade. Havendo número legal o Sr. Presidente declara aberta a reunião. É aprovada a Ata do dia 23 do corrente sem

observações. Havendo expediente, o Sr. Presidente solicita a leitura do ofício número 1502/76, do Sr. Secretário Chefe da Casa Civil, através do qual encaminha os pareceres do Tribunal de Contas, solicitados por esta Comissão. O Sr. Presidente determina que sejam distribuídas cópias dos mesmos aos representantes das duas bancadas, Deputados Ivo Thomazoni e Deni Lineu Schwartz, respectivamente. A seguir, o Sr. Presidente comunica a presença do depoente, Sr. Antonio Brunetto, a quem, após o compromisso legal concede a palavra. O depoente, por alguns instantes, discorre sobre o período em que serviu como Secretário de Imprensa do Governo e coloca-se à disposição para responder às inquirições que lhe foram feitas. O depoente é inquirido pelos Srs. Deputados Waldenício Barbalho, Deni Lineu Schwartz, Trajano Bastos e Ivo Thomazoni. O depoente na oportunidade deixa documentos do Tribunal de Contas sobre a obra "Paraná Terra de Todas as Gentes" e a Revista TIME, dos quais serviu-se no decurso do seu depoimento. Os documentos integram os Autos desta CPI, segundo determinação do Sr. Presidente. Da presente reunião, para constar, eu Francisco Dranka, Secretário, lavrei a presente Ata, que é integrada pelas notas taquigráficas e que após lida e aprovada vai por mim assinada, pelo Sr. Presidente e demais Membros da Comissão . . . . .

## DECRETOS LEGISLATIVOS ( Republicação):

### DECRETO LEGISLATIVO Nº 182/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 775/76, de 04 de fevereiro de 1976, deste Poder,

#### R E S O L V E:

conceder, a NOIR PACHECO, ocupante do cargo de Oficial de Serviços Gerais, nível PL "22", do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, Matrícula número 482, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco (05) por cento sobre seus vencimentos, a partir de 13 de setembro de 1974, data em que completou quinze (15) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze (15) por cento, de acordo com o Art. 170, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 05 de abril de 1976.

aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário

MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

### DECRETO LEGISLATIVO Nº 192/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 1099, de 17 de fevereiro de 1976, deste Poder,

#### R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de MARLENE DE BRITO PERRONE, matrícula 222, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, nível PL "17", do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos exercícios de 1974 e 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 05 de abril de 1976.

aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário

MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário